

**Instituto de Administração da Saúde e
Assuntos Sociais, IP-RAM**

**RELATÓRIO DE
GESTÃO**

2016

Ficha Técnica

Relatório de Gestão - 2016

Edição

Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM

Rua das Pretas n.º 1

9004-515 Funchal

Telf. 291212300, Fax 291281421

iasaude@iasaude.sras.gov-madeira.pt

<http://iasaude.sras.gov-madeira.pt>

INDICE

13.1	CARACTERIZAÇÃO GERAL	4
13.1.1	ELEMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO	4
13.1.2	RELATÓRIO DO ÓRGÃO DE GESTÃO	5
13.1.3	ORGANOGRAMA	9
I	ANÁLISE DOS RECURSOS DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS	12
1.1	Recursos Humanos	12
1.2	Recursos Financeiros	12
1.3	Análise das atividades desenvolvidas pelas Unidades	15
1.3.1	Departamento de Saúde, Planeamento e Administração Geral (DSPAG)	15
1.3.1.1	Unidade de Engenharia Sanitária (UES)	19
1.3.1.2	Laboratório de Saúde Pública (LSP)	24
1.3.1.3	Unidade Operacional de Administração Geral (UAG)	27
1.3.1.4	Unidade Operacional de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências (UCAD)	33
1.3.2	Departamento de Gestão Financeira e Contratualização (DGFC)	44
1.3.2.1	Unidade Flexível de Sistemas de Informação (USI)	47
1.3.2.2	Unidade Operacional de Contratualização (UOC)	50
1.3.3	Gabinete Jurídico (GJ)	55
1.3.4	Gabinete de Assuntos Farmacêuticos (GAF)	58
II	ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	61
III	AVALIAÇÃO FINAL	78
IV	ANEXOS	80
13.1.4	RECURSOS HUMANOS (I)	71
13.1.4	RECURSOS HUMANOS (II)	77
	QUAR	90
	RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA UCAD	94
	ANÁLISE ESTATÍSTICA UOC	123

13.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL

13.1.1 - ELEMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO

Designação: Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM

N.º de Identificação Fiscal: 511284349

Endereço: Rua das Pretas 1, 6.º Andar
9004-515 FUNCHAL

Responsáveis:

Presidente

Nome: Dr.ª Ana Maria de Jesus Nunes (durante o exercício de 2016)

Cargo: Presidente do Conselho Diretivo

Morada: Caminho do Piquinho, Travessa Álvaro Correia, 4 – Tendeira
9125-089 CANIÇO

Vice-Presidente

Nome: Enf.ª Ana Clara Vieira Mendonça e Silva

Cargo: Vice-Presidente do Conselho Diretivo

Morada: Impasse Quinta Carvalhal, n.º 6, São Roque
9020-370 FUNCHAL.

Vogal

Nome: Dr. João Carlos Barros de Mendonça

Cargo: Vogal do Conselho Diretivo

Morada: Rua do Cabrestante, Edf. Monumental Mar, Bloco E, 3.º BG, Sítio dos Piornais
9000-105 FUNCHAL.

13.1.2 – RELATÓRIO DO ÓRGÃO DE GESTÃO

Objetivo

Este relatório tem como objetivo apresentar as atividades desenvolvidas pelo IASAÚDE, IP-RAM durante o ano de 2016. São apresentados os resultados e comentados os indicadores que traduzem a realização dos principais domínios de atuação do Instituto, caracterizando-se também os recursos financeiros e humanos que deram suporte à sua atividade.

Para além dos destinatários institucionais, o relatório poderá igualmente interessar a todos aqueles que, de diversas formas e em diferentes qualidades, colaboraram com este instituto ou a ele estão ligados, o relatório é elaborado nos termos do Decreto-Lei nº 183/96, de 27 de Setembro, sem prejuízo de uma apresentação que põe em evidência a implementação no de um modelo de gestão por objetivos, nos termos da legislação em vigor.

Metodologia de elaboração do relatório

O presente Relatório de Atividades foi elaborado tendo por base a missão e atribuições do IASAÚDE, IP-RAM.

Para a elaboração deste documento foi efetuado o levantamento, em todas as unidades orgânicas, da informação respeitante ao grau de concretização das metas associadas aos indicadores de desempenho, bem como às atividades e/ou projetos desenvolvidos, sejam a da exclusiva responsabilidade de cada unidade orgânica, sejam a de responsabilidade partilhada.

Foi solicitado às unidades orgânicas que efetuassem uma apreciação global sobre o desempenho do indicador, bem como uma fundamentação relativa à realização do objetivo e identificassem também as causas no caso de incumprimento de atividades, ações e/ou projetos não executados ou com resultados insuficientes. A informação obtida foi sistematizada e harmonizada em articulação com as unidades orgânicas, tendo sido objeto de reanálise e correção pelas mesmas, sendo posteriormente consolidada num documento final.

A elaboração do relatório de atividades e a definição da metodologia para recolha de contributos junto dos dirigentes e colaboradores tiveram o acompanhamento da Divisão de Controlo de Gestão. Os dados respeitantes aos recursos humanos (Balanço Social), os dados relativos aos recursos financeiros (execução orçamental), os dados relativos à frota de veículos e os dados relativos aos bens imóveis afetos ao Instituto, foram disponibilizados,

respetivamente, pela Divisão de Recursos Humanos, Divisão de Contabilidade e Orçamento, Divisão de Contratação e Logística e Divisão de Património, unidades orgânicas integradas no Departamento Administrativo e Financeiro.

Missão

O IASAÚDE, IP-RAM, tem por missão proceder à definição e implementação de políticas, normalização, regulamentação, planeamento e avaliação em saúde, bem como assegurar a gestão dos recursos humanos e financeiros, da formação profissional, das instalações e equipamentos, dos sistemas e tecnologias de informação do Serviço Regional de Saúde e dos serviços da administração direta e indireta, no domínio da SRS.

São atribuições do IASAÚDE, IP-RAM:

- a) Garantir o apoio técnico à formulação de políticas e ao planeamento estratégico da saúde, acompanhar e avaliar a execução das políticas, dos instrumentos de planeamento e dos resultados obtidos e impulsionar a procura de ganhos em saúde;
- b) Assegurar a elaboração, acompanhamento e avaliação do Plano Regional de Saúde, incrementando a sua execução em todo o Sistema Regional de Saúde;
- c) Regulamentar, orientar e coordenar as atividades de promoção da saúde e de prevenção e controlo da doença, assegurando o acesso à prestação de cuidados de saúde de qualidade, pela adequação dos recursos disponíveis às necessidades em saúde;
- d) Desenvolver e fomentar atividades no âmbito da saúde pública, de forma a garantir a proteção da saúde das populações e coordenar e assegurar a vigilância epidemiológica a nível regional, bem como dos sistemas de alerta e resposta apropriada;
- e) Assegurar o desenvolvimento de programas de saúde e fomentar e coordenar a produção de informação adequada, designadamente estatística, em articulação com os demais serviços da SRS;
- f) Planear, coordenar e monitorizar a gestão dos recursos humanos do Serviço Regional de Saúde e dos serviços da administração direta e indireta, no domínio da SRS, suportado num adequado sistema integrado de informação, e desenvolver estudos de gestão previsional de recursos humanos, bem como garantir a sua valorização e qualificação profissional, propondo e gerindo planos de formação e promovendo a respetiva formação profissional;

- g) Articular com os organismos nacionais nos domínios da regulação profissional e de regimes de trabalho e coordenar o registo de profissionais de saúde;
- h) Proceder à gestão do internato médico na Região, sem prejuízo das competências dos respetivos órgãos específicos, nos termos da lei;
- i) Coordenar as atividades da SRS para a definição da rede de instalações e equipamentos do Serviço Regional de Saúde, estabelecendo prioridades e propondo planos de investimentos públicos a realizar no seu desenvolvimento, modernização e renovação;
- j) Coordenar as atividades da SRS para a definição de políticas sobre sistemas e tecnologias de informação e de comunicação, o seu desenvolvimento e avaliação, promovendo a definição e utilização de normas, metodologias e requisitos que garantam a interoperabilidade e interconexão dos sistemas de informação da saúde;
- l) Planear e coordenar a gestão dos recursos financeiros afetos à SRS, designadamente estudando e propondo modelos de financiamento do Serviço Regional de Saúde, definir as normas e as orientações sobre modalidades para obtenção, distribuição e aplicação dos recursos financeiros, bem como do sistema de preços e de contratação das prestações de saúde;
- m) Acompanhar, avaliar e controlar o desempenho económico -financeiro dos serviços e estabelecimentos do Serviço Regional de Saúde, bem como desenvolver e implementar acordos com outras entidades responsáveis pelo pagamento de prestações de cuidados de saúde;
- n) Regular, supervisionar e acompanhar a actividade dos estabelecimentos, instituições e serviços prestadores de cuidados de saúde, nos termos da lei, emitir e adaptar normas definidoras das condições técnicas, bem como emitir e difundir orientações para a adequada prestação de cuidados de saúde, nas redes hospitalar, de centros de saúde e de cuidados continuados, e proceder à sua avaliação;
- o) Assegurar o desenvolvimento dos sistemas de avaliação de serviços e coordenar e controlar a sua aplicação, bem como coordenar a aplicação de medidas tendentes a promover, de forma permanente e sistemática, a simplificação, a inovação e a modernização administrativas, no âmbito do Serviço Regional de Saúde;
- p) Promover e coordenar acções de controlo e auditoria, designadamente financeiras, aos sistemas de gestão e ao desempenho organizacional;

- q) Afectar recursos financeiros às instituições e serviços prestadores de cuidados de saúde financiados pelo Serviço Regional de Saúde, através da negociação, celebração e acompanhamento de contratos-programa;
- r) Proceder à celebração, acompanhamento e revisão de acordos, protocolos e convenções com profissionais em regime liberal e entidades privadas de saúde, com ou sem fins lucrativos;
- s) Garantir a participação aos utentes dos encargos resultantes da prestação de cuidados de saúde ao abrigo de acordos, protocolos ou convenções celebrados com entidades privadas de saúde, nos termos dos regulamentos em vigor;
- t) Promover a redução do consumo de drogas lícitas e ilícitas, bem como a diminuição das toxicodependências, designadamente através da realização de acções e programas de prevenção, e dinamizar e acompanhar o plano regional de luta contra a droga e a toxicodependência;
- u) Coordenar os processos de licenciamento das entidades privadas prestadoras de cuidados de saúde ou serviços de saúde, com ou sem fins lucrativos, bem como dos estabelecimentos farmacêuticos, e proceder à fiscalização e verificação da aplicação do respectivo quadro normativo em vigor;
- v) Assegurar a atividade de farmacovigilância, a nível regional;
- x) Estabelecer e coordenar as relações com os diferentes organismos nacionais e internacionais da saúde;
- z) Exercer as funções de autoridade de saúde na Região, nos termos da lei.

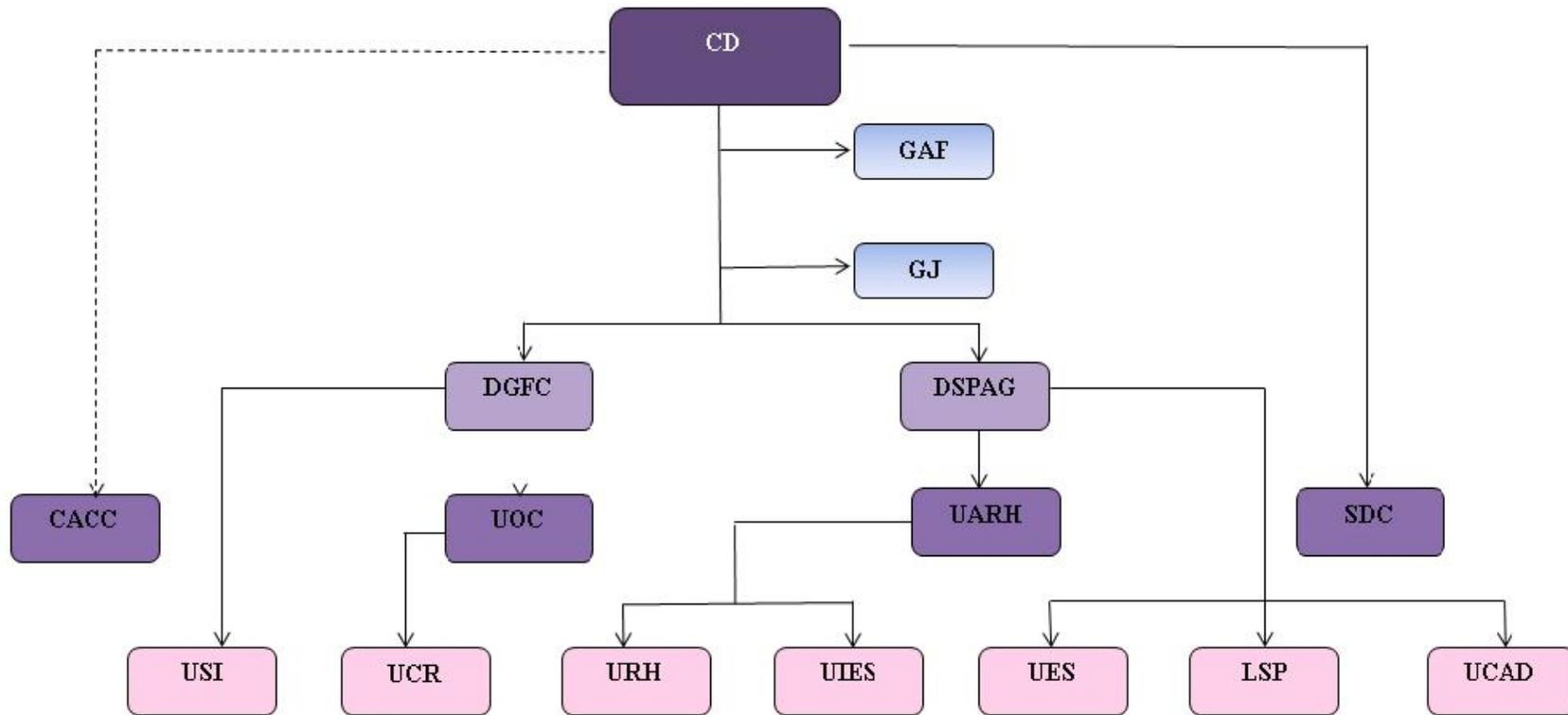
Caraterização

Com a publicação do Decreto Regulamentar Regional n.º 2/2015/M, sobre a organização e funcionamento do XII Governo Regional da Madeira, foi criada a Secretaria Regional na Saúde, ficando o Instituto de Administração da Saúde sob a sua tutela sendo ainda transferidas as competências então atribuídas, designadamente nas áreas da comunicação social, emprego e habitação à Secretaria Regional da Inclusão e Assuntos Sociais.

O Decreto Regulamentar Regional n.º 16/2015/M, de 19 de agosto, que aprovou a orgânica da Secretaria Regional da Saúde, é dada uma nova estrutura orgânica ao IASAÚDE, IP-RAM, que aguarda a sua publicação.

No entanto, mantém-se em vigor os estatutos republicados pela Portaria n.º 178/2012, de 31 de dezembro, que aprova os Estatutos do IASAÚDE, IP-RAM e revoga a anterior Portaria n.º 80-A/2008, de 30 de junho.

13.1.3 ORGANOGRAMA



CD – Conselho Diretivo

GAF – Gabinete de Assuntos Farmacêuticos

GJ – Gabinete Jurídico

DGFC – Departamento de Gestão Financeira e Contratualização

DSPAG – Departamento de Saúde, Planeamento e Administração Geral

CACC – Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo

OUC – Unidade Operacional de Contratualização

UARH – Unidade Operacional de Administração Geral e Recursos Humanos

SDC – Serviço de Defesa do Consumidor

USI – Unidade Flexível de Sistemas de Informação

UCR – Unidade Flexível de Participações e Reembolsos

URH – Unidade Flexível de Recursos Humanos

UIES – Unidade Flexível de Instalações, Equipamentos e Segurança

UES – Unidade Flexível de Engenharia Sanitária

LSP – Laboratório de Saúde Pública

UCAD – Unidade de Comportamentos, Aditivos e Dependências

Objetivos estratégicos

Considerando a nova estrutura do XII Governo Regional da Madeira, publicada através do Decreto Regulamentar Regional n.º 2/2015/M e da consequente criação da Secretaria Regional na Saúde, o Instituto de Administração da Saúde definiu novos objetivos estratégicos adequados à sua área de atuação.

- 1 – Coordenar o Planeamento em Saúde no Sistema Regional de Saúde;
- 2 – Melhorar o desenvolvimento, implementação e coordenação dos Sistemas de Informação em Saúde no Sistema Regional de Saúde;
- 3 – Desenvolver mecanismos de preparação e resposta transversal à emergência e reemergência em Saúde Pública;
- 4 – Reforçar o planeamento e o controlo de gestão do sistema de saúde nas várias áreas de atuação do IASAÚDE, IP-RAM: recursos humanos, produção assistencial, económico-financeira, infraestruturas e instalações.

QUAR 2016

Neste âmbito, apresentamos em anexo o QUAR - Quadro de Avaliação e Responsabilização, traçado para o ano de 2016, e que posteriormente se traduz em resultados e taxas de realização, correspondentes a cada objetivo operacional e indicadores.

I – ANÁLISE DOS RECURSOS DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

1.1. Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2016, encontravam-se a desempenhar funções no IASAÚDE-IP-RAM, 172 trabalhadores. O decréscimo de trabalhadores relativamente ao número do ano anterior (190) deve-se maioritariamente à reestruturação orgânica do Governo Regional, que inclui o Serviço de Defesa do Consumidor e o Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo, na dependência da Secretaria Regional da Inclusão e dos Assuntos Sociais.

Recursos Humanos		Dirigente	Técnico Superior	A. Técnico	A. Operacional	C. Categ. Subsistentes	C. e Corpos especiais	Médicos	Enfermagem	Outras	Total
Contrato por tempo indeterminado	H	3	10	13	5	0	5	1	-	5	42
	M	5	32	46	11	9	20	1	2	-	126
	T	8	42	59	16	9	25	2	2	5	168
Outros	H	2	-	1	-	-	-	-	-	-	5
	M	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	T	3	0	1	-	-	-	-	-	-	6
Total efetivos	H	5	10	14	5	0	5	1	-	5	45
	M	6	32	36	11	9	20	1	2	-	127
	T	11	42	60	16	9	25	2	2	5	172

1.2. - Recursos Financeiros

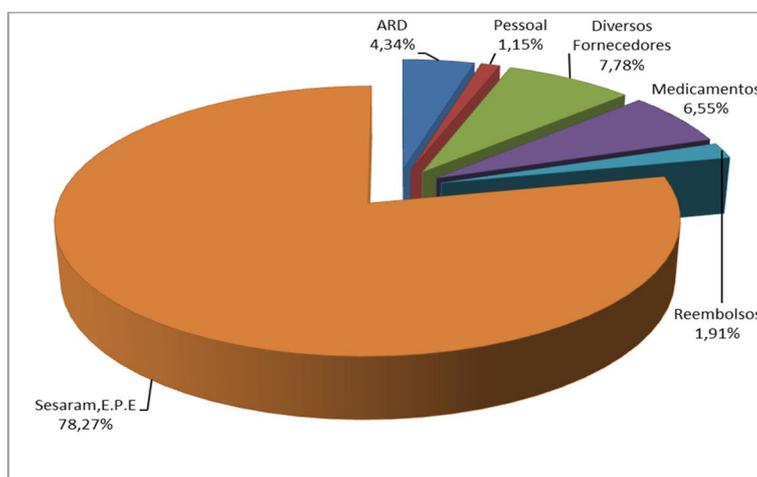
O orçamento inicial do IASAÚDE, IP-RAM foi em 2016 de 328.144.694 €. Ao longo do ano este valor inicial sofreu diversas alterações orçamentais decorrentes de reforços e anulações provenientes do Orçamento da Região Autónoma da Madeira, que resultou num orçamento corrigido de 411.366.757 €. A rubrica do Contrato programa SESARAM,E.P.E e a rubrica dos produtos vendidos em farmácias do ARD-CGD, foram as que mais contribuíram para o aumento do orçamento do IASAÚDE,IP-RAM.

Execução Orçamental 2016

Na tabela seguinte passamos a evidenciar algumas despesas mais representativas do orçamento do IASAÚDE, IP-RAM em 2016:

Designação	Execução
Despesas com pessoal	4.501.100,69€
Reembolso despesas saúde (ADSE/SRS)	7.503.780,16€
Acordos de Regularização de Dívidas	17.042.515,42€
Produtos vendidos em farmácias	25.718.230,79€
Diversos Fornecedores	30.527.998,45€
Contrato- Programa SESARAM	307.255.388,42€

No que se refere à execução orçamental em 2016, foram efetuados pagamentos no valor de € 392.549.013,93€, o que corresponde a uma taxa de execução orçamental de 95,42%.



Como se pode constatar pela análise do gráfico e tabela acima apresentadas, cerca de 78,27% das despesas do IASAÚDE destinaram-se ao pagamento do Contrato programa SESARAM, E.P.E., dos quais 34,72% dizem respeito a despesas com o contrato programa 2010-2012 que ainda não haviam sido pagas.

As despesas com medicamentos, diversos fornecedores e reembolsos de despesas de saúde aos Utentes da ADSE e do Serviço Regional de Saúde, representaram quase 16,24% do orçamento executado pelo IASAÚDE, assumindo as restantes despesas um carácter residual 5,49%, apesar de importarem valores significativos.

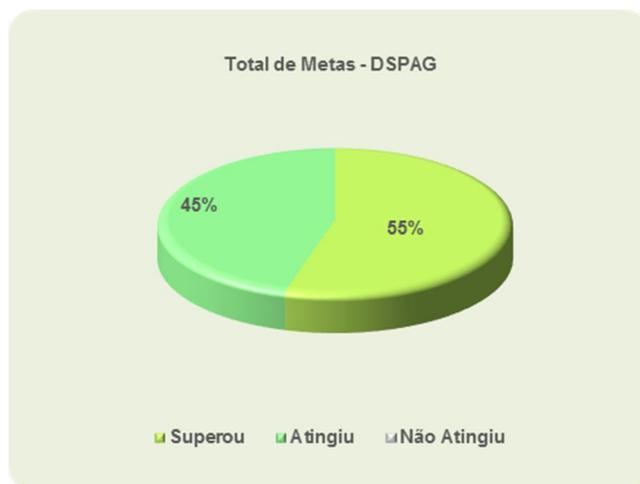
1.3. Análise das atividades desenvolvidas pelas Unidades

1.3.1. – Departamento de Saúde, Planeamento e Administração Geral (DSPAG).

O Departamento de Saúde, Planeamento e Administração Geral (DSPAG) compreende duas unidades operacionais, a Unidade Operacional de Administração Geral (UAG) e a Unidade Operacional de Intervenção em Comportamento Aditivos e Dependências (UCAD).

No DSPAG estão integrados:

- A Unidade flexível de Engenharia Sanitária;
- O Laboratório Regional de Saúde Pública;
- A unidade técnica de apoio à promoção e proteção da saúde;
- A unidade técnica de estudos e informação em saúde;
- A unidade técnica de comunicação e educação para a saúde;
- A unidade técnica de instalações e equipamentos.



Principais resultados alcançados:

Objetivo Operacional 1 - Implementar mecanismos e instrumentos de Observação em Saúde

A este objetivo operacional estão associadas 4 atividades estratégicas:

AE1: Participar nas reuniões de coordenação nacional do INSEF (Inquérito Nacional de Saúde com Exame Físico);

AE2: Participar na elaboração do relatório metodológico e do relatório técnico, referente à dimensão estado de saúde.

AE3: Assegurar a apresentação dos resultados do estado de saúde;

AE4: Participar na formação promovida pelo INSA no âmbito do INSEF.

Resultados:

AE1 foi atingida em virtude de estar estabelecida como meta a participação em 2 reuniões de coordenação nacional INSEF, tendo sido efetivadas 2.

AE2 - foi atingida uma vez que estava prevista a realização de 2 relatórios elaborados com participação ativa da UTAPPS/UTEIS no grupo redatorial, tendo sido efetuados 2 relatórios.

AE3 foi superada uma vez que a meta estabelecida era 1 apresentação pública dos resultados da dimensão estado de saúde, até junho/2016 e os resultados foram efetivamente apresentados na 1ª conferência INSEF, em abril 2016.

AE4 – Foi atingida. A meta estabelecida situava-se em 2 participações nas ações de formação promovidas pelo INSEF. Foi possível promover a participação dos colaboradores do IASAÚDE nas ações "Desigualdades em Saúde" e "Análise de dados de inquéritos com amostras complexas aplicada ao Inquérito Nacional de Saúde com Exame Físico (INSEF)".

Objetivo Operacional 2 - Prevenir e controlar doenças transmitidas pelo vetor *Aedes aegypti*:

A este objetivo operacional estão associadas 4 atividades estratégicas:

AE1. Desenvolver atividades de comunicação e mobilização social no âmbito do programa de controlo e prevenção de doenças transmitidas pelo vetor *Aedes aegypti*;

AE2. Participar em eventos técnicos e científicos em contexto nacional e internacional partilhando experiência regional de prevenção e controle de doenças transmitidas pelo Vetor *Aedes aegypti*

AE3. Criar e difundir suportes de informação e comunicação em saúde na área das doenças transmitidas pelo Vetor *Aedes aegypti*

AE4. Desenvolver um suporte de vigilância sindromática no contexto do plano de prevenção e controle de doenças transmitidas por mosquitos - dimensão ZIKA.

Resultados

AE1: A atividade foi superada em + 2 atividades, atendendo que se previa o desenvolvimento de 8 atividades.

AE 2: A atividade foi superada em mais 5, considerando que estavam previstas 3 participações em atividades científicas (nacionais e internacionais) até 31/12/2016.

AE3: O n.º de suportes de informação e comunicação em saúde criados e difundidos, foi claramente superada relativamente à meta proposta (15), tendo sido criados/difundidos 19 suportes.

AE4: A atividade foi atingida, considerando que foi implementado 1 modelo de fluxo de informação e suporte de vigilância sindromático, na data prevista - setembro de 2016.

Objetivo Operacional 3 - Assegurar a recolha de informação e a análise sobre a situação de saúde regional com interesse para a decisão e a definição da política de Saúde:

A este objetivo operacional estão associadas 3 atividades estratégicas:

AE1. Realizar a avaliação intercalar do Plano Regional de Saúde 2011-2016 Extensão a 2020 para cumprir o sistema de monitorização e avaliação;

AE2. Criação e difusão de suportes de informação em saúde: vigilância epidemiológica, avaliação económica, produção assistencial - *dashboard* executivo e relatórios temáticos;

AE3. Participar em eventos científicos de nível internacional na área da doença oncológica com apresentação de comunicação livre/*poster* científico

Resultados:

AE1: A atividade foi superada em + 2 avaliações intercalares do Plano Regional de Saúde 2012-2016-extensão 2020, visto ter sido estabelecida 1 avaliação até 31.12.2016.

AE2: A atividade foi superada. A meta estabelecida previa a criação/difusão de 12 produtos até 31/12/2016, tendo esse patamar sido superado em +13, totalizando assim 25 produtos.

AE3: A atividade foi atingida. Este ano o DSPAG propôs-se a participar com, pelo menos, 1 comunicação livre/*poster* científico aprovado em evento científico internacional, tendo sido apresentado no IACR 2016 *Marrakech (International Agency for Research on Cancer)*, em Outubro de 2016.

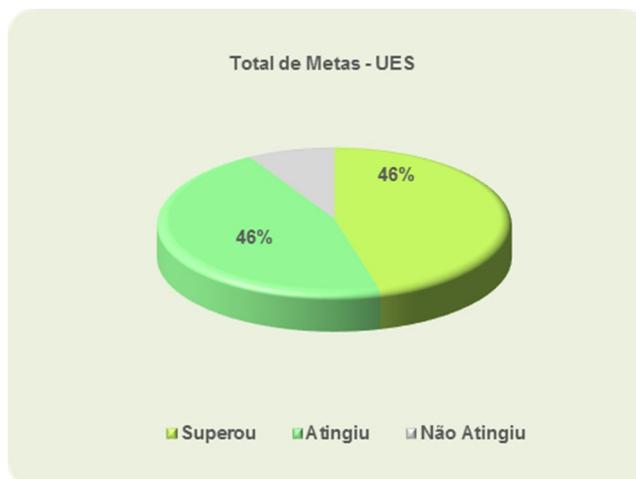
Relatório de Gestão 2016

Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Implementar mecanismos e instrumentos de Observação em Saúde	4	1	3	-
Prevenir e controlar doenças transmitidas pelo vetor <i>Aedes aegypti</i>	4	3	1	-
Assegurar a recolha de informação e a análise sobre a situação de saúde regional com interesse para a decisão e a definição da política de Saúde	3	2	1	-
TOTAL	11	6	5	-

1.3.1.1 - Unidade de Engenharia Sanitária (UES)

A Unidade de Engenharia Sanitária definiu 3 objetivos operacionais e 24 atividades estratégicas associadas.

Assim, no ano de 2016 a UES conseguiu superar 11 das atividades propostas e atingir igual número, 11.



Objetivo Operacional 1 - Assegurar as atividades necessárias à vigilância sanitária dos sistemas de abastecimento de água, zonas balneares e de recreio.

A este objetivo operacional estão associadas 10 atividades estratégicas:

AE 1 - Colheita de amostras de água para consumo humano;

AE 2 - Elaboração de relatório de qualidade da água para consumo humano;

AE 3 - Colheita de amostras de água de piscina para análise laboratorial

AE 4 - Elaboração de relatório de qualidade da água de piscinas

AE 5 - Colheita de amostras de água do mar;

AE 6 - Elaboração de relatório da qualidade da água do mar;

AE 7 - Colheita de amostras de areia

AE 8 - Elaboração de relatório da qualidade das areias

AE 9 - Realização vistorias prévias e durante a época balnear às estruturas de apoio das zonas balneares candidatas à Bandeira Azul

AE 10 - Inspeção e colheitas de amostras de água para pesquisa da *Legionella*

Resultados:

AE1: atividade superada. Todas as colheitas de amostras de água para consumo humano foram efetuadas dentro do prazo previsto no calendário, obtendo-se assim uma percentagem de 100% de concretização.

AE2: atividade atingida: O relatório foi entregue dentro da meta prevista;

AE3: atividade superada. Todas as colheitas de amostras de água de piscina para análise laboratorial foram efetuadas dentro do prazo previsto no calendário, obtendo-se assim uma percentagem de 100% de concretização

AE4: atividade atingida: O relatório foi entregue dentro da meta prevista;

AE5: actividade superada. A meta previa a realização de 90% das colheitas dentro do prazo previsto no calendário. Esse valor foi superado em + 28%, uma vez que foram efectuadas 483 análises em vez das 409 previstas, atingindo assim uma percentagem de 118%.

AE6: atividade não cumprida. A meta desta atividade era a entrega do relatório entre 1 a 31 de março. No entanto, a informação para a realização do relatório apenas foi disponibilizada pela Agência Portuguesa do Ambiente em maio de 2016. Por esse motivo, apenas foi possível finalizar o relatório a 09/06/2016.

AE7 - atividade superada. As colheitas de amostras de areia foram efetuadas dentro do prazo previsto no calendário, obtendo-se assim uma percentagem de superação na ordem dos 6%

AE8: actividade não atingida – o prazo de entrega do relatório de qualidade de areias ultrapassou o limite de entrega.

AE9: actividade cumprida - foram efetuadas as duas vistorias por zona balnear previstas.

AE10: atividade superada atingida – Para o ano de 2016, estabeleceu-se uma previsão para realizar 83 inspeções e colheitas de amostras de água para pesquisa de *legionella*, tendo esse numero sido ultrapassado em + 17.

Objetivo Operacional 2 – Apoio técnico e fiscalização do licenciamento e funcionamento das unidades privadas de saúde, dos serviços de segurança e saúde no trabalho e dos estabelecimentos industriais

A este objetivo estão associadas atividades estratégicas:

AE 1 - Realização de vistorias para efeitos de licenciamento das unidades privadas de saúde;

AE 2 - Elaboração do relatório de vistoria de licenciamento das unidades privadas de saúde;

AE 3 - Realização de vistoria de licenciamento das empresas de segurança e saúde no trabalho;

AE 4 - Elaboração do relatório de vistoria de licenciamento das empresas de segurança e saúde;

AE 5 - Elaboração de pareceres no âmbito do licenciamento industrial;

AE 6 - Realização de vistorias no âmbito do licenciamento industrial;

AE 7 - Elaboração do auto de vistoria de licenciamento industrial;

AE 8 - Elaboração de pareceres técnicos diversos.

Resultados

AE 1 – atividade atingida – as vistorias para efeitos de licenciamento das unidades privadas de saúde ocorreram dentro do prazo previsto para a sua realização após a entrada do processo na UES

AE 2 - atividade atingida – os relatórios de vistoria de licenciamento de unidades de privadas de saúde foram elaborados dentro do prazo previsto;

AE 3 - atividade atingida - as vistorias para efeitos de licenciamento das empresas de segurança e saúde no trabalho ocorreram dentro do prazo previsto para a sua realização após a entrada do processo na UES;

AE 4 - atividade atingida - os relatórios de vistoria de licenciamento foram elaborados dentro do prazo previsto;

AE 5 - atividade atingida – os pareceres no âmbito do licenciamento industrial foram entregues dentro do prazo previsto;

AE 6 - atividade atingida - as vistorias no âmbito do industrial das empresas de segurança e saúde no trabalho ocorreram dentro do prazo previsto para a sua realização após a entrada do processo na UES;

AE 7 - atividade atingida - os autos de vistoria foram entregues dentro do prazo previsto;

AE 8 - atividade atingida - os pareceres técnicos foram entregues dentro do prazo previsto.

Objetivo Operacional 3 - Promover a adaptação de programas específicos relacionados com vetores:

AE 1 - Monitorização de armadilhas para captura de ovos de mosquitos (*ovitrap*s);

AE 2 - Monitorização de armadilhas para captura de mosquitos adultos (*BG-Sentinel traps*);

AE3 - Prospecção de criadouros de mosquitos em moradias, jardins públicos, terrenos abandonados, etc.;

AE 4 - Elaboração de um Boletim Entomológico semanal;

AE 5 - Elaboração de um Painel Entomológico semanal, por freguesia

AE 6 - Elaboração de mapas epidemiológicos bimestrais

Resultados:

AE 1 - atividade superada. Para esta atividade estava prevista a realização de 3000 a 4500 verificações às armadilhas. Foram efectivamente realizadas 8615 verificações.

AE 2 - atividade superada. Para esta atividade estava prevista a realização de 1500 a 2000 verificações às armadilhas. Foram efetivamente realizadas 3685 verificações.

AE3 - atividade superada. Para esta atividade estava previsto o preenchimento de 200 a 250 fichas por prospecção. Foram efetivamente preenchidas 474 fichas.

AE 4 - atividade superada. Para esta actividade estava prevista a elaboração de 500 a 600 boletins entomológicos. No âmbito do Plano de Contingência para a Dengue foram elaborados 117 boletins entomológicos (até à semana 09 de 2016. Apartir desta data deixou de haver Boletins Entomológicos e passou a haver apenas Painéis Entomológicos).

AE 5 - atividade superada. Para esta atividade estava prevista a elaboração de 200 a 250 boletins entomológicos. Foram efetivamente elaborados 1352 painéis entomológicos.

AE 6 - atividade superada. Para esta atividade estava prevista a elaboração de 5 a 6 mapas por ano. Foram efetivamente elaborados 15 mapas

Atividades não estratégicas

Estas atividades não são mensuráveis, mas no entanto são importantes para a realização de toda a atividade quotidiana da UES:

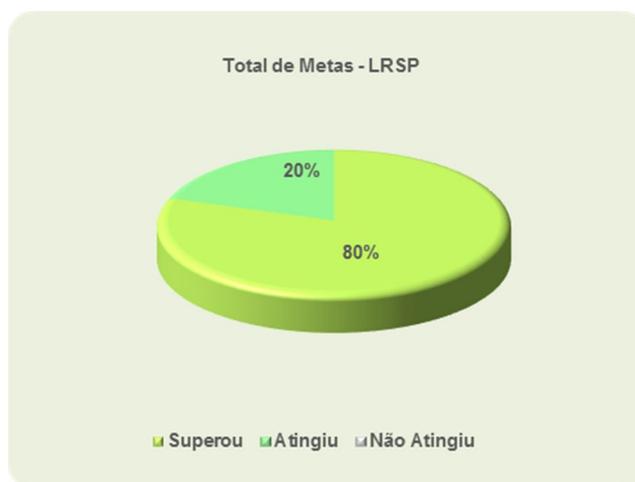
- Atualização das infraestruturas, população e localização dos pontos de amostragem dos sistemas de abastecimento de águas;
- Contactos com as autarquias e autoridades de saúde a fim de serem tomadas medidas com vista à correção de não conformidades;
- Preenchimento de uma base de dados para registo dos resultados analíticos;
- Realização de levantamento técnico das instalações das piscinas e condições de funcionamento; Contactos com os concessionários a fim de serem tomadas medidas com vista à correção de não conformidades;
- Reuniões de preparação do processo de atribuição da Bandeira Azul;
- Atualização das unidades privadas de saúde;
- Preenchimento de uma base de dados para registo das unidades privadas de saúde.

Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Assegurar as atividades necessárias à vigilância sanitária dos sistemas de abastecimento de água, zonas balneares e de recreio	10	5	3	2
Apoio técnico e fiscalização do licenciamento e funcionamento das unidades privadas de saúde, dos serviços de segurança e saúde no trabalho e dos estabelecimentos industriais	8	-	8	-
Promover a adaptação de programas específicos relacionados com vetores	6	6	-	-
TOTAL	24	11	11	2

1.3.1.2 Laboratório de Saúde Pública

O Laboratório de Saúde Pública definiu 3 objetivos operacionais e 5 atividades estratégicas associadas.

Assim, no ano de 2016 consegui superar 4 das atividades propostas e atingir 1, traduzindo-se numa percentagem de 80% e de 20%.



Principais resultados alcançados:

Objetivo Operacional 1 - Monitorização da qualidade da água no âmbito da Saúde Pública (vigilância sanitária, serviços à comunidade)

A este objetivo operacional estão associadas 1 atividade estratégica:

AE 1 -Determinação analítica bacteriológica e físico-química de águas (vigilância sanitária e prestação de serviços à comunidade), previstas no calendário

Resultado

AE 1 – actividade superada - Todas as análises previstas no calendário foram efetuadas, tendo sido atingida uma taxa de realização de 100%

Objetivo Operacional 2 - Implementação do Sistema de Gestão da Qualidade de acordo com a NP EN ISO/IEC17025/2000

A este objetivo operacional estão associadas 3 atividades estratégicas:

AE 1 - Realização do Controlo de Qualidade Interno na Bacteriologia e Química;

AE 2 - Realização do Controlo de Qualidade Externo na Bacteriologia "comparação entre pares";

AE 3 - Atividade atingida - Em articulação com as entidades parceiras deste programa foi definido um plano de atividades, no qual estavam previstas a realização de, pelo menos 7 ações;

Resultados:

AE 1 – atividade superada. A meta desta atividade previa que 80% dos resultados do controlo interno da qualidade estão sob controlo. O LSP conseguiu efectivar o controlo a 100%;

AE 2 – atividade cumprida. Cumpre quando os resultados do L.S.P. estão dentro da amplitude esperada, excluindo os resultados falsos positivos e falsos negativos. O L.S.P. participou ao longo do ano em 14 ensaios de Avaliação Externa da Qualidade abrangendo todos os parâmetros e todos os tipos de matrizes

AE 3 – atividade superada. O LSP estabeleceu dezembro como data limite para a entrega do manual, sendo que esta data foi antecipada para outubro.

Objetivo Operacional 3 - Monitorização da pesquisa de "Legionella" nas águas de acordo com a ISO 11731

A este objetivo operacional está associada 1 atividade estratégica:

AE 1 - Determinação analítica bacteriológica de acordo com o plano da vigilância sanitária proposto pela UES

Resultado:

AE1: atividade superada. Foram efectuadas 87,2%, das análises, superando a meta dos 50% em mais 37%.

Atividades relevantes não previstas

Durante o ano de 2016, surgiram outras atividades que não estavam previstas no plano inicial, mas que contribuíram para o desenvolvimento desta unidade.

- Visitas de estudo ao L.S.P. por alunos da Escola Secundária Jaime Moniz;
- Colaboração em estágios com estabelecimentos de ensino (E.S.J.M) e Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM;
- Frequência de estágio pelo Técnico de Diagnóstico e Terapêutica Paulo Rodrigues, no INSA – Porto;
- Frequência de estágio do Assistente Administrativo Carlos Moura no L.R.S.A. e Veterinária

- Participação dos Técnicos Graça Calado e Paulo Rodrigues na "Semana do Programa de Prevenção e Controlo da infeção e Resistências aos Antimicrobianos" com o tema "Controlo de Qualidade da Água"
- Participação num trabalho sobre a qualidade das areias do Arquipélago da Madeira, que foi publicado na revista - "Science of The Total Environment";
- Previsão dos *stocks* de reagentes, meios de cultura, consumíveis e material de colheitas;
- Selecção de equipamento de laboratório e manutenção/calibração dos mesmos através de prestação de serviços;
- Indicações e instruções sobre as colheitas aos clientes;
- Validação dos resultados analíticos, sua introdução nos boletins analíticos e apreciação analítica segundo as normas em vigor;
- Indicações aos clientes na vertente da Saúde Pública com o objectivo da avaliação dos resultados obtidos a fim de serem tomadas medidas com vista à melhoria das não conformidades.

Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Monitorização da qualidade da água no âmbito da Saúde Pública (vigilância sanitária, serviços à comunidade)	1	1	-	-
Implementação do Sistema de Gestão da Qualidade de acordo com a NP EN ISO/IEC17025/2000	3	2	1	-
Monitorização da pesquisa de "Legionella" nas águas de acordo com a ISO 11731	1	1	-	-
TOTAL	5	4	1	-

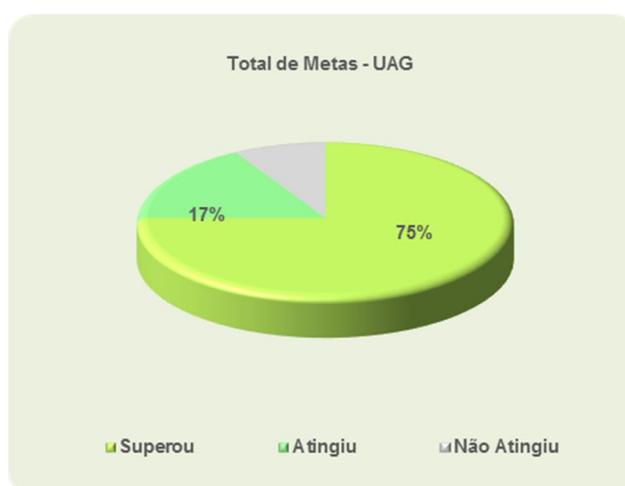
1.3.1.3. - Unidade Operacional de Administração Geral (UAG)

A Unidade Operacional de Administração Geral de Administração Geral compreende:

- A unidade técnica de apoio à UAG
- A unidade técnica de apoio à formação profissional
- A unidade técnica de recursos humanos
- A secção de processamento de vencimentos
- A secção de expediente
- A secção de divulgação e documentação

A UAG definiu 3 objetivos operacionais, para um total de 12 atividades.

Das atividades propostas a UAG superou 9 e atingiu 2.



Principais resultados alcançados:

Objetivo Operacional 1 - Planeamento e Gestão de Recursos Humanos, coordenação, acompanhamento e controlo.

A este objetivo operacional estão afetas as 6 atividades estratégicas:

AE 1 - Elaboração do mapa de pessoal do IASAÚDE, IP - RAM.

AE 2 - Garantir todos os procedimentos administrativos no âmbito da RJEP dos trabalhadores do IASAÚDE, IP - RAM.

AE 3 - Definição e promoção das políticas e técnicas de gestão de RH - atualização das bases de dados dos trabalhadores /processos individuais.

AE 4 - Gestão Administrativa dos processos relativos ao processamento de remunerações, abonos e outros descontos.

AE 5 - Coordenação do Internato Médico na Região. Apoio administrativo à CRIM (em colaboração com o SESARAM e a ACSS)

AE 6 - Garantir todos os procedimentos relacionados com a distribuição da documentação do IASAÚDE, IP - RAM.

Resultados:

AE1 – atividade superada. Graças ao trabalho em equipa e à articulação das unidades orgânicas UAG/DGFC, o mapa de pessoal ficou pronto antes da data estabelecida;

AE2 – Atividade atingida. A elaboração dos diversos documentos que circulam no IASAÚDE, foi efetuada dentro da meta proposta.

AE3 – Atividade superada – Os processos encontram-se atualizados, sendo que a maioria dos documentos rececionados são tratados imediatamente.

AE4 – atividade superada – A gestão administrativa dos processos relativos ao processamento de remunerações, abonos e outros descontos foi efetuada antes da meta proposta, graças ao estabelecimento de prazos e priorização de tarefas;

AE5 – Atividade superada – O tempo de elaboração de qualquer tipo de documento relacionado com o internato médico, superou a meta proposta, atendo à noção dos prazos estabelecidos e à priorização de tarefas;

AE6 – atividade atingida – verificaram-se algumas inconformidades nos procedimentos relacionados com a distribuição da documentação do IASAÚDE, IP – RAM, sem que no entanto a atividade ficasse comprometida.

Objetivo Operacional 2 - Coordenar, controlar e acompanhar a Gestão Documental, Arquivo e Divulgação

A este objetivo operacional estão associadas 3 atividades estratégicas

AE 1 - Manter atualizada a base de dados da Biblioteca.

AE 2 - Garantir o sistema de classificação dos documentos no IASAÚDE, IP-RAM.

AE 3 - Tratar, publicar e divulgar - Melhorar e promover a constante atualização na difusão dos recortes de imprensa.

Resultados:

AE1 – atividade superada. O tempo médio estabelecido para a atualização dos documentos/publicações foi superado, ocorrendo esta atualização sempre antes do 3.º dia útil.

AE2 – atividade superada. A percentagem de documentos classificados aumentou, graças à distribuição das tarefas que é feita, fazendo com haja maior produtividade, superando assim a atividade;

AE3 – atividade superada. A percentagem anual de recortes de imprensa difundidos no próprio dia, até às 12 foi superada.

Objetivo Operacional 3 – Assegurar a implementação das políticas de RH - Instrumentos de Gestão

A este objetivo estão afetas 3 atividades estratégicas:

AE 1 - Atualização do "Manual de Acolhimento"

AE 2 - Recolha e tratamento de dados estatísticos: Elaboração do Balanço Social do IASAÚDE, IP - RAM.

AE 3 - Elaborar o Relatório de Atividades da Unidade de Divulgação e Documentação

Resultados:

AE1 – atividade não atingida. Devido a vários fatores, não foi possível a concretização desta atividade.

AE2 – atividade superada. Superação do prazo estipulado para a elaboração do balanço social do IASAÚDE, IP-RAM, graças ao bom planeamento da atividade, através da solicitação dos dados atempadamente por forma a poderem ser tratados;

AE3 - O prazo de entrega do Relatório de atividades da Unidade Técnica de Divulgação e Documentação foi superado.

Atividades não estratégicas:

- Dinamizar e assegurar o processo de divulgação de temas consoante as diferentes áreas de interesse/intervenção para o IASAÚDE, IP-RAM;
- Criação e/ou atualização de Modelos/ Minutas a utilizar no IASAÚDE, IP-RAM;
- Inclusão de informação relevante na página eletrónica do IASAÚDE, IP-RAM.

Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Planeamento e Gestão de Recursos Humanos, coordenação, acompanhamento e controlo.	6	4	2	-
Coordenar, controlar e acompanhar a Gestão Documental, Arquivo e Divulgação.	3	3	-	-
Assegurar o cumprimento da implementação das políticas de RH - instrumentos de gestão.	3	2	-	1
TOTAL	12	9	2	1

Formação Profissional

No decorrer do presente ano, o IASAÚDE, enquanto entidade formadora, não dinamizou a formação intersectorial, uma vez que não se verificou a abertura das candidaturas no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio.

No entanto, e devido à implementação de uma nova página eletrónica do IASAÚDE, foi necessário dotar alguns trabalhadores das diversas Unidades, de conhecimentos necessários para “alimentar” o site, sendo dinamizadas duas ações, em parceria com a DTIM - JOOMLA – iniciação e JOOMLA – administração, para um total de 23 colaboradores. Este ano a Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública, através da Direção Regional da Administração Pública e da Modernização Administrativa, dinamizou um total de 21 ações de formação, entre as quais os trabalhadores do IASAÚDE participaram em 15. Houve ainda, ao longo do ano, diversos pedidos para frequentar ações de formação por iniciativa individual, ao abrigo do Decreto-lei n.º 174/2001, de 31/05, que consagra um crédito de 100 horas para autoformação.

Ao nível de comissão de serviço, este ano foram autorizadas 10 ações, sendo 9 fora da região.

Os dados encontram-se expostos nas tabelas seguintes.

Formação Profissional dinamizada pelo IASAÚDE

Com foi referido anteriormente, foram realizadas duas ações de formação sobre o JOOMLA, sendo distribuídas pelas diversas áreas conforme se descreve na tabela seguinte:

Ações de formação promovidas pelo IASAÚDE

JOOMLA - iniciação

Unidade orgânica	N. de trabalhadores
DSPAG	5
UAG	3
UES	1
UCAD	1
UOC	1
GAF	1
TOTAL	12

Ações de formação promovidas pelo IASAÚDE

JOOMLA - administração

Unidade Orgânica	N.º de trabalhadores
DSPAG	4
UES	2
UCAD	2
UOC	1
USI	2
TOTAL	11

Formação Profissional por iniciativa individual

No que diz respeito à formação profissional por iniciativa individual, foram autorizadas 61 dispensas de serviço.

Ações de formação por iniciativa individual

Unidade orgânica	N.º de dispensas
DSPAG	1
UES	1
UAG	3
LRSP	2
UCAD	18
GAF	36
TOTAL	61

Formação Profissional em comissão de serviço

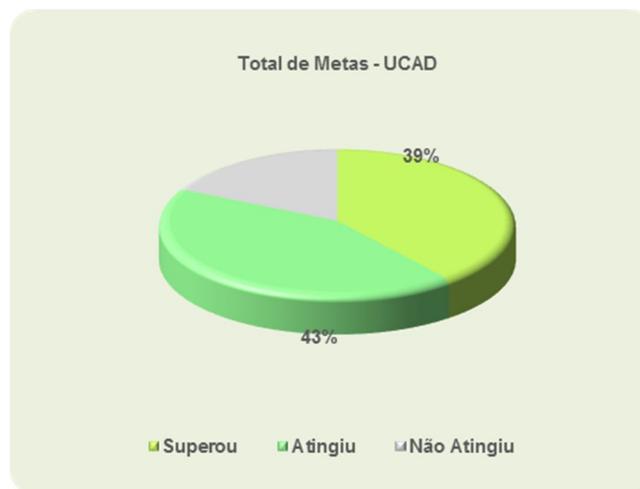
Durante o presente ano foram autorizadas diversas dispensas para frequentar ações de formação em comissão de serviço, a sua maioria fora da Região, com pagamento viagem, estadia e seguro.

Ações de formação por iniciativa individual

Unidade	N. Vagas
DSPAG	3
LSP	1
DGFC	4
GJ	2
TOTAL	10

1.3.1.4. – Unidade Operacional de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências (UCAD).

Da análise efetuada às 28 atividades previstas, verificou-se que relativamente ao seu grau de execução, 12 foram superadas (43%), 11 foram atingidas (39%) e 5 não foram atingidas (18%). No ano 2016 82% das atividades planeadas foram concretizadas. De seguida elencamos esta análise. Contudo, apresenta-se em anexo uma relatório detalhado de toda a actividade desenvolvida por esta unidade.



Principais resultados alcançados:

Objetivo operacional 1 – Disponibilizar à população em geral respostas diferenciadas no âmbito dos problemas associados aos comportamentos aditivos e dependências (CAD)

A este objetivo operacional está associada 1 atividade estratégica:

AE 1 - Dinamização do Gabinete de atendimento e aconselhamento à população em geral

Resultados:

AE1 - Atividade superada - Foi assegurada uma resposta adequada e célere a todos os pedidos de apoio/ atendimento dirigidos ao Gabinete da UCAD, permitindo assim um total de 132 atendimentos, superando largamente a meta prevista de 50 atendimentos.

Objetivo operacional 2 - Desenvolver programas e projetos de intervenção adequados, reforçando as iniciativas de prevenção universal e seletiva

A este objetivo operacional estão associadas 22 atividades estratégicas:

AE 1- Participação e colaboração da UCAD com os diversos meios de comunicação social;

AE 2 – Desenvolvimento e monitorização do Programa Comunitário, iniciativa de intervenção no âmbito da prevenção dos comportamentos de risco nos jovens;

AE 3 – Planificação e realização de ações preventivas/iniciativas no âmbito do programa Comunitário, dirigidas aos jovens das instituições tutelares educativas parceiras;

AE 4 - Dinamização do Programa Atlante, dirigido a alunos que frequentam as escolas de 2.º e 3.º ciclo da RAM

AE 5 - Monitorização e avaliação da implementação do módulo específico de prevenção da toxicod dependência, integrado no Programa da SREC - Preparando o meu futuro, nas escolas do 1.º ciclo da RAM;

AE 6 - Desenvolvimento e monitorização do programa Domicílios e Carros 100% livres de fumo em 10 escolas de 1º ciclo da RAM

AE 7 - Desenvolvimento de iniciativas de prevenção universal da toxicod dependência, em contexto recreativo noturno, em articulação com entidades públicas e privadas

AE 8 - Dinamização da campanha de sensibilização sobre a alteração da lei do álcool dirigida aos comerciantes e proprietários de estabelecimentos nas freguesias da RAM

AE 9 – Dinamização do projeto “Juntos na escola...Sem Drogas”, dirigida aos alunos das escolas de ensino secundário da RAM

AE 10 – Formação de técnicos com intervenção em contexto comunitário, no âmbito da prevenção dos CAD

AE 11 – Realização da campanha de sensibilização Diversão sem Riscos, dirigida aos alunos que frequentam o ensino secundário da RAM.;

AE 12 - Dinamização de ações de sensibilização / formação dirigidas à comunidade educativa, em contexto universitário, sobre os riscos associados aos CAD

AE 13 – Criação de aplicação para telemóvel, com conteúdos informativos sobre as SPA e os riscos associados ao seu consumo.

AE 14 – Divulgação de aplicação para telemóvel, com conteúdos informativos sobre as SPA e os riscos associados ao seu consumo

AE 15 - Divulgação e implementação do projeto Prevenção Net: projeto de prevenção das toxicod dependências com recurso às TIC, em contexto escolar.

AE 16 - Implementação de ações de prevenção da toxicod dependência em contexto desportivo, em parceria com clubes e associações desportivas.

AE 17 – Formar atletas de alto rendimento das várias modalidades para colaborarem na implementação de ações junto de escalões de formação das várias modalidades desportivas

AE 18 – Formar treinadores de associações e clubes desportivos, no âmbito da prevenção dos CAD

AE 19 – Planificação e implementação de um programa comunitário dirigido às famílias provenientes dos bairros sociais geridos pelo IHM – Sociohabita.

AE 20 – Dinamizar o projeto Viver a Prevenção no Imaculado, em articulação com a junta de freguesia do Imaculado Coração de Maria

AE 21 – Dinamização do projeto de intervenção em contexto laboral: Uma Pausa para a Prevenção em parceria com entidades regionais

AE 22 – Implementação de iniciativas de âmbito seletivo, dirigidas a grupos populacionais e/ou contextos específicos.

Resultados:

AE 1- Atividade superada - A continuidade das parcerias estabelecidas com os diversos meios de comunicação social permitiu a elaboração e publicação de artigos, realização de entrevistas na rádio e na TV e para os jornais regionais;

AE2 - Atividade atingida - Foram envolvidas no programa diversas entidades regionais com intervenção na área da saúde e social, nomeadamente a DRJD, o ISSM, IP-RAM (entidade promotora), o SESARAM, o Centro Social e Paroquial de Santa Cecília, o Centro Comunitário do Lugar da Serra e a Associação Abraço. Através destas instituições foi possível assegurar a participação de diversas instituições/serviços que recebem jovens com critérios para integração neste Programa

AE 3 – Atividade atingida - Em articulação com as entidades parceiras deste programa foi definido um plano de atividades. Através destas instituições foi possível assegurar a participação de diversas instituições/serviços que recebem jovens com critérios para integração neste Programa.

AE 4 - Atividade atingida - Foram abrangidas 25 escolas do 2.º e 3.º ciclos, existentes nos vários concelhos da RAM.

AE 5 - Atividade Atingida - Diversas escolas do 1º ciclo, em cinco concelhos da RAM, aceitaram o desafio proposto e implementaram o projeto junto dos alunos do 1º ao 4º ano de escolaridade.

AE 6 - Atividade atingida - O projeto foi implementado em 4 escolas do 1º ciclo da RAM.

AE 7 - Atividade atingida - No âmbito do contexto recreativo noturno, desenvolveu-se em parceria 24 ações preventivas no âmbito do Projeto Vibes4UNoDrugs, da Campanha Comércio Seguro, em eventos regionais e nacionais, nomeadamente:

- 12 ações – integradas na Campanha Um mês, um concelho, uma operação stop;
- 11 ações - em Arraiais e Festas regionais;

- Participação em Coimbra Noites saudáveis; participação no VII Congresso de Alcoologia (Lisboa)
- 1 ação – Campanha Comércio Seguro

AE 8 - Atividade não atingida - A campanha de sensibilização sobre a Lei do álcool designada "Comércio Seguro", foi desenvolvida na freguesia de Santa Maria Maior (Funchal) em colaboração com a PSP. Apesar de diversos contactos efetuados por parte da UCAD e PSP junto dos comerciantes nas várias freguesias, os mesmos não se encontravam disponíveis para a realização da intervenção proposta.

AE 9 – Atividade atingida - A UCAD dinamizou o projeto em 14 escolas regionais distribuídas pelos 11 concelhos da RAM.

AE 10 – Atividade superada - Na continuidade da aposta na vertente formativa, foi possível abranger um número acrescido de técnicos, nomeadamente da área escolar, social, saúde e desportiva.

AE 11 – Atividade superada - Foi possível dinamizar a campanha num número acrescido de escolas, em 7 concelhos da RAM: Funchal, Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Calheta, Ponta do Sol, Machico e Santana

AE12 - Atividade superada - Foram realizadas ações de sensibilização/ formação aos alunos do ISAL, ESESLC e UMa

AE 13 – Atividade atingida - Os técnicos da UCAD criaram os conteúdos informativos sobre as SPA e os riscos associados ao seu consumo, que iriam integrar a aplicação, no entanto a aplicação não foi desenvolvida/ finalizada por motivos alheios à UCAD. Foi solicitado à Uma para avaliar a possibilidade de realização no âmbito do mestrado

AE 14 – Atividade não atingida - A aplicação para telemóvel não foi criada, por motivos alheios à UCAD, foram apenas desenvolvidos os conteúdos informativos

AE 15 - Atividade não atingida - O projeto não foi desenvolvido, uma vez que não houve disponibilidade por parte dos professores de TIC da DRE.

AE 16 - Atividade superada - A superação deste indicador referente ao número de parcerias com clubes desportivos, nomeadamente: Clube Desportivo SantaCruzense, o Clube Desportivo Nacional, o Clube Amigos do Basquete (CAB), o Clube Sport Marítimo, Clube de Futebol do Caniçal, o Ludens Clube de Machico, o CD S. Roque e a Associação de Atletismo da Madeira.

AE 17 – Atividade não atingida - Não houve disponibilidade por parte das associações em ceder os atletas para a formação.

AE 18 – Atividade superada - Foi realizada uma ação de formação para 80 treinadores de futebol de formação e um debate para 30 treinadores do CD Marítimo.

AE 19 – Atividade atingida - O programa comunitário designado Ser Família foi implementado nos seguintes bairros dos concelhos do Funchal, Santa Cruz e de Câmara de Lobos: AE 20 – Dinamizar o projeto Viver a Prevenção no Imaculado, em articulação com a junta de freguesia do Imaculado Coração de Maria- Ribeiro Real, Nogueira, Nazaré, Santo Amaro e Pico dos Barcelos.

AE20 - Atividade superada - O projeto deu cumprimento ao seu plano de atividades, envolvendo maioritariamente crianças, jovens e famílias.

AE 21 – Atividade superada - Foram realizadas 27 ações em parceria com 4 empresas regionais públicas e privadas.

AE 22 – Atividade superada - Foram dinamizados 6 projetos de nível seletivo em contexto comunitário, junto de jovens institucionalizados e em contexto familiar, junto de famílias e mães adolescentes.

Objetivo Operacional 3 - Reforçar e consolidar as relações de cooperação no âmbito dos comportamentos aditivos e dependências (CAD), com organismos nacionais e internacionais

A este objetivo está associada 1 atividade estratégica:

AE 1 - Assegurar as relações de cooperação bilateral com entidades nacionais e internacionais

Resultado:

AE1: Atividade superada - A UCAD articulou com o SICAD, o IREFREA, o OEDT, a Direção Geral de Saúde (DGS), a Divisão de Planeamento e Prevenção da Direção de Serviços de Promoção de Hábitos de Vida Saudáveis, da Região Autónoma dos Açores; Profº Félix Carvalho – Faculdade de Farmácia do Porto e Profº José Precioso da Universidade do Minho.

Objetivo Operacional 4 - Garantir o acesso a informação objetiva, válida e atual e assegurar a continuidade da qualidade profissional dos técnicos e intervenientes, no âmbito dos comportamentos aditivos e dependências (CAD)

A este objectivo operacional estão associadas 3 atividades:

AE 1 - Criação e difusão de material de informação e divulgação sobre riscos associados aos

CAD AE 2 AE 2 – Monitorizar o acesso ao microsite da UCAD

AE 3 – Disponibilizar estágios profissionais e académicos a entidades públicas e privadas

Resultados:

AE1: Atividade superada - Foram planeados e editados diversos materiais:

- 7 folhetos alusivos à prevenção do tabagismo
- Guia prático para as famílias - Estratégias de Prevenção do Consumo de Substâncias Psicoativas Lícitas e Ilícitas
- Guia prático para as famílias – Pré-escolar, infância e adolescência

Objetivo Operacional 5 - Participar na realização de estudos de investigação sobre o fenómeno da toxicodependência

A este objetivo está associada 1 atividade estratégica:

AE 1 - Colaborar em estudos de investigação nacionais e internacionais

Resultado:

Atividade atingida - Por opção do SICAD participamos no estudo do Dia da Defesa Nacional.

Integramos o estudo da autoria do Dr. José Precioso da Universidade do Minho, referente ao projeto Domicílios e Carros 100% Livres de Fumo, uma parceria entre a Região do Minho e a RAM.

Relativamente ao projeto Euro DEN-plus, a participação não foi possível, uma vez que apesar de terem sido agendadas reuniões a nível nacional a participação da UCAD neste projeto estava dependente da celebração de um protocolo.

Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Disponibilizar à população em geral respostas diferenciadas no âmbito dos problemas associados aos comportamentos aditivos e dependências (CAD)	1	1	-	-
Desenvolver programas e projetos de intervenção adequados, reforçando as iniciativas de prevenção universal e seletiva	22	9	9	4
Reforçar e consolidar as relações de cooperação no âmbito dos comportamentos aditivos e dependências (CAD), com organismos nacionais e internacionais	1	-	1	-
Garantir o acesso a informação objetiva, válida e atual e assegurar a continuidade da qualidade profissional dos técnicos e intervenientes, no âmbito dos comportamentos aditivos e dependências (CAD)	3	1	1	1
Participar na realização de estudos de investigação sobre o fenómeno da toxicodependência	1	-	1	
TOTAL	28	11	12	5

Resultados alcançados

Em 2016, do total de intervenções desenvolvidas pela UCAD (N = 491) foram abrangidas 24.367 pessoas, em resultado da intervenção preventiva realizada pela equipa técnica da UCAD, integrada em projetos/programas e campanhas ou através da realização de ações pontuais.

Acresce ao valor total de pessoas abrangidas, os alunos envolvidos nos programas implementados em contexto escolar, **Atlante** (N = 6323), **Preparando o meu Futuro** (N = 1390) e **Domicílios e Carros 100 % livres de Fumo** (N = 112).

Como pode ser observado no quadro 3., foram envolvidas 32.192 pessoas nas iniciativas preventivas promovidas/ dinamizadas pela UCAD.

Dados Gerais**Nº Total de ações e pessoas abrangidas - UCAD**

2016	Nº total ações	Nº total de pessoas
UCAD	491	24367
Atlante – alunos 2º e 3º ciclos	-	7481
PMF - alunos 1º ciclo	-	1390
Domicílios sem Fumo – alunos 1º ciclo	-	112
Total		32192

Importa realçar que relativamente ao número total de pessoas abrangidas, o mesmo não integra valores relativos às intervenções na comunicação social, por impossibilidade de quantificar a população abrangida.

Nº de ações pontuais

Ações pontuais	Total
Ações	51
Total Pessoas	1875

As ações preventivas aqui contempladas distribuem-se pelos vários contextos de intervenção, nomeadamente: comunitário que integra a intervenção em contexto militar e a comunicação social, escolar, desportivo, familiar e laboral. Destacam-se os contextos comunitários e escolar com maior número de intervenções preventivas.

Nº de reuniões realizadas

UCAD	Total
Nº reuniões	86

Foram realizadas 86 reuniões de trabalho, com o intuito de planejar, monitorizar ou avaliar as intervenções, com carácter pontual ou integradas nos diversos projetos da unidade.

Total de ações e pessoas envolvidas, por contexto de intervenção

Contexto de intervenção	Ações ¹	Pessoas
Comunitário	151	2211
- Militar	80	3292
- Comunicação social	18	-
Escolar	105	3477
Desportivo	34	1918
Familiar	30	212
Laboral	29	417
Recreativo	44	12 819

Os contextos com maior representatividade, relativamente ao número de iniciativas desenvolvidas foram o **comunitário**, o **escolar** e o **recreativo** como se pode verificar através do quadro 5.

No que concerne ao número de pessoas abrangidas, destacam-se igualmente o contexto recreativo, o comunitário e o escolar.

¹ Estas ações incluem reuniões de planeamento, monitorização e avaliação das intervenções preventiva com entidades parceiras.

Total de ações realizadas e pessoas abrangidas, por concelhos da RAM

	Funchal	C. Lobos	R. Brava	P. Sol	Calheta	P. Moniz	S. Vicente	Santana	Machico	S. Cruz	P. Santo
Ações	360	49	9	3	12	7	7	4	16	10	6
Pessoas	15513	1729	955	254	407	1044	2193	215	805	578	403

Intervenções fora da Região Autónoma da Madeira – 271 pessoas envolvidas.

- **Açores** – Formação para docentes e profissionais de saúde e uma comunicação no 1º Seminário dos CAD Açores para apresentação do projeto Energy4Life.
- **Lisboa** - 2 Reuniões: Conselho Nacional Problemas Ligados à Droga e uma reunião na DGS: Programa Nacional de Prevenção do Tabagismo, uma participação no Congresso da Sociedade Portuguesa de Alcoologia e uma presença no Congresso do SICAD para apresentação pública dos resultados do Dia da Defesa Nacional (DDN)
- **Coimbra** – uma intervenção: F. Int. Noites Saudáveis

Nº de projetos/programas/campanhas em curso, por contexto de intervenção (N = 25)

Contextos de intervenção	Escolar	² Comunitário	Desportivo	Familiar	Laboral	³ Recreativo
Projetos/programas/campanhas	7	11	2	2	1	2

² Integra o projeto comunicação social, Dia da Defesa Nacional – intervenção em contexto militar; Programa de Prevenção das Dependências, Energy4Life,

³ Integra a campanha Comércio Seguro e o Projeto Vibes4U com a campanha um mês, um concelho, uma operação stop (contexto rodoviário)

Total de pessoas abrangidas em ações, por grupo etário

		Grupo etário	Total
Etapas segundo o ciclo de vida	Gravidez e crianças até 3M	0	0
	Infância	0 - 4	0
		5 - 9	135
	Pré-adolescência e adolescência	10 - 14	553
		15 - 19	11594
		20 - 24	3566
	Adultos	25 - 29	2624
		30 - 34	2407
		35 - 39	1759
		40 - 44	818
		45 - 49	634
		50 - 54	251
		≥ 55	26
Adultos	≥ 65	0	

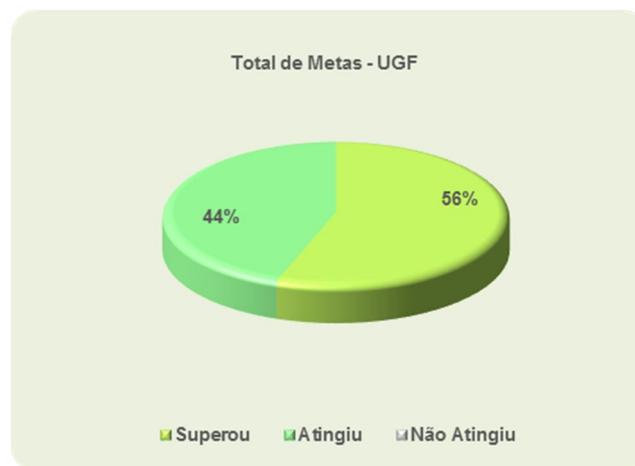
De acordo com o Quadro infra, os grupos com maior representatividade correspondem às faixas etárias entre os 15 e os 19 anos e entre os 20 a 24 anos.

1.3.2. – Departamento de Gestão Financeira e Contratualização (DGFC)

O Departamento de Gestão Financeira e Contratualização (DGFC) compreende duas Unidades Operacionais, a Unidade Operacional de Contratualização e a Unidade Operacional de Gestão Financeira, a unidade técnica de apoio à gestão financeira e orçamental e a tesouraria.

Integra ainda a Unidade flexível de Sistemas de Informação (USI)

Para o ano de 2016 o DGFC traçou 3 objetivos operacionais, tendo sido definidas 9 atividades, das quais superou 5 e atingiu 4, o que se traduz numa percentagem de 56% e 44% respetivamente.



Principais resultados alcançados:

Objetivo Operacional 1 – Gerir e controlar os recursos financeiros afetos à SRS

A este objetivo operacional estão afetas as 3 atividades estratégicas:

AE 1 - Executar os pedidos de fundos necessários à execução do orçamento do IASAÚDE, até ao dia 5 de cada mês.

AE 2 - Executar os pedidos de utilização de fundos necessários à execução do orçamento do IASAÚDE

AE 3 - Efetuar os pagamentos relativos aos pedidos de utilização de fundos

Resultados:

AE1 – atividade atingida. Os pedidos de Fundos foram efetuados, na sua maioria, até à data estabelecida. Apenas nos meses de setembro, outubro e novembro o prazo foi excedido.

AE2 – atividade superada. Os pedidos de utilização de fundos foram efetuados sempre até ao dia 10 de cada mês.

AE3 – atividade atingida. Cerca de 65% das despesas do ano foram pagas antes do vencimento da fatura.

Objetivo Operacional 2 - Assegurar a Gestão Orçamental do IASAÚDE, IP-RAM

A este objetivo operacional estão afetas as 4 atividades estratégicas:

AE 1 - Assegurar o controlo e execução orçamental permanente da receita e da despesa, com informação mensal até ao dia 10 de cada mês

AE 2 - Elaborar informações de cabimento das despesas do IASAÚDE, até ao 3.º dia útil após a data de recebimento da proposta de despesa.

AE 3 - Lançamento da execução orçamental na plataforma SIGO até ao dia 10 do mês seguinte ao fim do trimestre,

AE 4 - Registos dos encargos plurianuais no SCEP/SIGO até ao dia 10 do mês seguinte ao fim do trimestre.

Resultados:

AE1 – atividade superada. Foi assegurado o controlo permanente da despesa e da receita, com informação até ao dia 10 de cada mês.

AE2 – atividade atingida. Cerca de 62% das despesas tiveram cabimento até ao 3.º dia após a receção do seu pedido.

AE3 – atividade superada. O registo dos encargos plurianuais na plataforma SCEP/ SIGO foram feitos dentro do prazo estabelecido.

AE4 – atividade atingida. Os reportes mensais exigidos pela SRF foram normalmente entregues dentro do prazo exigido.

Objetivo Operacional 3 – Acompanhar a execução orçamental do IASAÚDE, IP-RAM

A este objetivo operacional estão afetas as 2 atividades estratégicas:

AE 1 - Elaborar os reportes mensais exigidos pela SRF até ao dia 6 de cada mês.

AE 2 -Elaborar os reportes trimestrais exigidos pela DREM até ao prazo estabelecido pela SRF.

Resultados:

AE1: atividade atingida. Os reportes mensais exigidos pela SRF foram normalmente entregues dentro do prazo exigido;

AE2: atividade superada. Mais de 75% dos reportes trimestrais exigidos pela DREM foram entregues à SRF dentro do prazo legal.

Relatório de Gestão 2016

Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Gerir e controlar os recursos financeiros afetos à SRS	3	1	2	-
Assegurar a Gestão Orçamental do IASAÚDE, IP – RAM	4	3	1	-
Acompanhar a execução orçamental do IASAÚDE	2	1	1	-
TOTAL	9	5	4	-

1.3.2.1 - Unidade Flexível de Sistemas de Informação (USI)

A Unidade flexível de sistemas de informação (USI) definiu 3 objetivos operacionais para 2016, distribuídos por 9 atividades.

Foram superadas todas as atividades propostas.



Objetivo Operacional 1 - Garantir a fiabilidade e disponibilidade dos principais sistemas (Domínio, Correio Eletrónico, Reembolsos, Recursos Humanos, Financeiros e Expediente)

A este objetivo operacional estão afetas 3 atividades estratégicas:

AE 1 -Garantir o suporte técnico dos principais sistemas

AE 2 - Garantir os serviços de comunicação de âmbito global, adequando os níveis de segurança e disponibilidade aos requisitos do IASAÚDE.

AE 3 - Garantir a atualização do Hardware e Software nos sistemas base.

Resultados:

AE1 – atividade superada - o suporte técnico dos principais sistemas foi garantido;

AE2 – atividade superada - Graças ao empenho da equipa foram garantidos os serviços de comunicação de âmbito global, adequando os níveis de segurança e disponibilidade aos requisitos deste Instituto, tendo sido superado o grau de execução da atividade;

AE3 – atividade superada - a atualização de *hardware* e software nos sistemas base superou a meta prevista.

Objetivo Operacional 2 - Garantir a qualidade e satisfação dos utilizadores em relação aos serviços disponibilizados.

A este objetivo operacional estão afetas 2 atividades estratégicas:

AE 1 - Analisar e implementar melhorias no sistema informático dos reembolsos para simplificar o processo de utilização da ADSE e SRS. Introdução do n.º, data e NIF da fatura/recibo do prestador

AE 2 - Analisar e implementar uma nova imagem do site do IASAÚDE.

Resultados:

AE1 – atividade superada - graças ao empenho e ao conhecimento dos elementos da equipa

AE2 – atividade superada.

Objetivo Operacional 3 - Otimizar e desmaterializar os processos internos/externos, tendo em vista o desenvolvimento organizacional do IASAÚDE e a melhoria da prestação de serviços aos Utentes.

A este objetivo operacional estão afetas 4 atividades estratégicas:

AE 1 - Assegurar apoio técnico na modernização e simplificação dos processos internos/externos

AE 2 - Coordenar a implementação do Centro de Conferência de faturas.

Coordenar tecnicamente a implementação da Receita Sem Papel no setor público e privado."

AE 3 - Manter em bom funcionamento os Sistemas de Informação Nacionais em Saúde, com interesse para a RAM, entre eles: RIS; RNU; SICO; RENTEV; SINAVE; SINAVE Lab; PEM (RCP e RSP); PDS."

AE 4 - Analisar e implementar novos serviços (4 fases) ao sistema de reembolsos com o objetivo de melhorar a acessibilidade dos beneficiários.

Resultados

Todas as atividades afetas a este objetivo operacional foram superadas

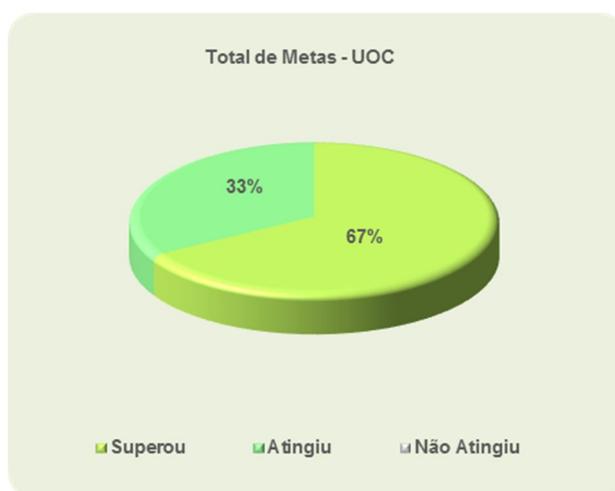
Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Garantir a fiabilidade e disponibilidade dos principais sistemas (Domínio, Correio Eletrónico, Reembolsos, Conferência, Recursos Humanos, Financeiros e Expediente)	3	3	-	-
Garantir a qualidade e satisfação dos utilizadores em relação aos serviços disponibilizados	2	2	-	-
Otimizar e desmaterializar os processos internos, tendo em vista o desenvolvimento organizacional do IASAÚDE e a melhoria da prestação de serviços aos utentes	4	4	-	-
TOTAL	9	9	-	-

1.3.2.2. – Unidade Operacional de Contratualização (UOC)

A Unidade Operacional de Contratualização compreende:

- A unidade técnica de participações e conferência;
- A unidade técnica de apoio à contratualização.

Para o ano de 2016, a UOC traçou 4 objetivos operacionais que definiram a estratégia da Unidade e estabeleceu 9 atividades estratégicas, superando 6 e atingindo 3. De seguida apresentamos o resultado dos objetivos definidos. Contudo, em anexo, apresentamos um relatório detalhado com todos os dados estatísticos associados a esta unidade.



Objetivo Operacional 1 – Implementação de formas de Financiamento de Cuidados de Saúde

A este objetivo operacional estão afetas 2 atividades estratégicas:

AE 1 - Elaboração e monitorização de protocolos em produção adicional com o SESARAM

AE 2 - Elaboração e monitorização de convenções para a prestação de cuidados de saúde com o setor privado

Resultados:

AE1 – atividade superada. Esta atividade desenvolvida pela UOC, com a colaboração da UTAC, concretizou-se com a publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 10/2015/M, de 7 de dezembro, que criou o Programa de Recuperação de Cirurgias.

Em conformidade com esta base legal procedeu-se à celebração da Convenção PRC (Plano de Recuperação de Cirurgias), em 15 de dezembro de 2015, com o objetivo de reduzir as listas de espera de cirurgias do SESARAM, E.P.E.

Ao Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP- RAM (IASAÚDE, IP-RAM), compete a monitorização e financiamento dessa Convenção. (vide Anexo I)

AE2 – atividade superada. Esta atividade teve por base o Programa Especial de Acesso a Cuidados de Saúde (PEACS), aprovado pela Resolução n.º 1180/2015, da Presidência do Governo Regional, publicada no JORAM, I série, de 21 de dezembro de 2015, tendo por objetivo assegurar em tempo útil o acesso à prestação de cuidados de saúde pelo Serviço Regional de Saúde, no que se refere à realização de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (MCDT), quando esgotada a capacidade de realização dos cuidados de saúde no setor público.

O PEACS é alargado às entidades prestadoras de cuidados de saúde do setor privado, mediante contratação através do IASAÚDE, IP-RAM, e incide na realização de mamografias, ecografias mamárias e colonoscopias, aos utentes do Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma da Madeira (SRS-Madeira).

Ao IASAÚDE, IP-RAM, compete o financiamento destas convenções, sendo que à UOC, com a colaboração da UTAC, compete a instrução e análise dos processos, bem como a monitorização dos dados resultantes destas convenções. (vide Anexo II)

Objetivo Operacional 2 – Implementação do Novo Modelo de Requisição de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica

A este objetivo operacional estão afetas 2 atividades estratégicas

AE 1 - Propor e Criar novo modelo de requisição de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica

AE 2 - Elaboração e Divulgação das regras de prescrição e prestação do Novo Modelo de requisição de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica.

Resultados:

AE1 – atividade superada. Esta atividade desenvolvida pela UTAC, sob as orientações da UOC, com o objetivo de criar um novo modelo de requisição de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica culminou com a publicação da Portaria 268/2016, de 14 de julho (que aprovou o modelo pré-impresso) e o Despacho n.º 97/2017, de 16 de fevereiro (que aprovou o modelo impresso) e teve por foco a reformulação do modelo ora existente, que já se encontrava desenquadrado da realidade atual, pretendeu-se assim proceder aos necessários ajustamentos, de harmonia com a evolução ocorrida quer no setor público, quer no setor privado no domínio do Sistema Regional de Saúde da RAM.

AE2 – atividade atingida. Na sequência da atividade anterior criou-se dois manuais de boas práticas – Prescrição e Prestação – para o preenchimento dos modelos referidos, contendo

regras e orientações a ter em conta na prescrição e prestação de exames/tratamentos compartilhados pelo IASAÚDE, IP-RAM.

Esta atividade teve como principal objetivo a uniformização do processo de preenchimento dos novos modelos de requisição, de forma a facilitar a comunicação entre os médicos prescritores, os prestadores e o IASAÚDE, IP-RAM e, conseqüentemente, promover uma maior equidade no processo de conferência e de reembolso ao utente.

Objetivo operacional 3 -Monotorização da Conferência de Receituário

A este objetivo operacional está afeta 1 atividade estratégica:

AE 1 - Tratamento de dados provindos da conferência de receituário

Resultado:

AE1 – atividade superada. Na sequência da implementação do projeto PEM, a concretização deste objetivo permitiu apurar as despesas com medicamentos da responsabilidade do IASAÚDE, IP-RAM. (vide Anexo III)

Objetivo operacional 4 - Melhorar os prazos e regras Conferência de MCDT

A este objetivo operacional estão afetas 3 atividades estratégicas:

AE 1 - Criação de mecanismos para manter a conferência atualizada através da elaboração de mapas de conferência mensais

AE 2 - Elaboração de proposta com as regras de Cirurgias do SRS

Resultados:

AE1: atividade atingida. Este objetivo, sob a coordenação da UTAC, só foi possível atingir com a realização eficaz das atividades propostas, designadamente a elaboração de mapas mensais de conferência, por áreas, e distribuído uniformemente pelos recursos humanos com funções de conferência das requisições de MCDT.

A monotorização e gestão da conferência tem como base fundamental a fixação de prazos.

Esta monotorização e gestão mensal culminou com a conferência da faturação dos prestadores com Acordos de Faturação para a realização de MCDT e Outros Cuidados de Saúde em tempo útil. A 31 de dezembro de 2016 estava concluída a conferência da faturação do mês de novembro de 2016 (com entrada até 10/12/2016).

A concretização deste objetivo permitiu o apuramento da despesa do IASAÚDE, IP-RAM com a prestação de MCDT ao abrigo dos Acordos de Faturação vigentes, bem como o apuramento de despesas dos Cuidados Respiratórios Domiciliários (CRD), Psiquiatria e Cirurgias aos utentes do SRS. (vide Anexo IV)

AE2: atividade superada. O IASAÚDE, IP-RAM mantem os Acordos de Faturação com algumas clínicas da RAM para a realização de intervenções cirúrgicas aos utentes do Serviço Regional de Saúde (SRS), contudo esta área era escassa em termos de regras de faturação, dificultando a conferência.

Assim, sob a coordenação da UTAC, tentou-se uniformizar as regras de conferência dos Acordos de Faturação com as regras de Reembolso com o objetivo de reduzir a despesa do IASAÚDE, IP-RAM com este tipo de cuidado de saúde.

Aspiramos que no ano 2017 estas regras partam para o terreno e que os resultados se sintam no decorrer do ano.

Objetivo Operacional 5 – Melhorar a qualidade do serviço de Reembolsos

A este objetivo operacional estão afetas 2 atividades estratégicas:

AE 1 - Elaboração de proposta para a criação de novos métodos de entrega de despesas

AE 2 - Gestão das reclamações

Resultados:

AE1: atividade atingida. Durante o ano 2016, sob a coordenação da UTR, foram implementados novos serviços na Unidade Técnica de Reembolsos, que contribuíram para uma melhor funcionalidade no que respeita à entrega da documentação das despesas de saúde dos utentes neste Instituto:

- Controlo de senha através de telemóvel, por forma a permitir ao utente, e após retirar a senha, controlar a sua vez, fora das instalações do IASAÚDE, IP-RAM;
- Senha virtual, possibilitando ao utente retirar a sua senha através da internet, e acompanhar em tempo real o estado da fila de espera, prevendo o tempo estimado para o seu atendimento;
- Preenchimento e entrega local, disponibilizando ao utente a entrega das suas despesas de saúde sem ter que retirar senha, através do preenchimento de um documento de entrega, ao qual anexa os recibos das despesas, colocando-os num balcão específico.

AE2: atividade superada. Compete à UTR assegurar o acesso ao Livro de Reclamações do IASAÚDE, IP-RAM, e informar sobre os factos ou situações objeto de reclamação.

Face ao ano anterior registou-se um aumento do número de reclamações (2015 – 13 / 2016 – 33) que se justifica essencialmente pelo descontentamento dos utentes relativamente ao tempo de espera. Este facto deve-se à obrigatoriedade da inserção de um maior número de dados no ato do atendimento.

Saliente-se que aspira-se que em 2017 se assista a uma diminuição destes números, considerando os novos métodos de entrega, exposta na AE1.

Outros dados referentes a cirurgias, participações e outras matérias relacionadas com a unidade de Contratualização, estão no anexo a este relatório.

Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Implementação de formas de Financiamento de Cuidados de Saúde	2	2	-	-
Implementação do Novo Modelo de Requisição de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica	2	1	1	-
Monotorização da Conferência de Receituário	1	1	-	-
Melhorar os prazos e regras Conferência de MCDT	2	1	1	
Melhorar a qualidade do serviço de Reembolsos	2	1	1	
TOTAL	9	6	3	-

1.3.3. - Gabinete Jurídico (GJ)

O Gabinete Jurídico definiu 3 objetivos operacionais para o ano 2016, aos quais foram associadas 8 atividades.

Todas as atividades foram superadas.



Principais resultados alcançados:

Objetivo Operacional 1 - Emitir pareceres e prestar informações sobre questões de natureza jurídica.

A este objetivo operacional estão afetas 3 atividades estratégicas:

AE 1 - Resposta a processos de reclamações no âmbito do livro de reclamações e do livro amarelo da administração pública.

AE 2 - Pareceres no âmbito da atividade farmacêutica

AE 3 - Pareceres no âmbito da atividade de licenciamento e contratualização, juntas médicas da ADSE, medicina do trabalho e de natureza genérica.

Resultados

AE1 – atividade superada. Todas as reclamações foram concluídas no ano de 2016 e adentro dos prazos conferidos e legais, devido ao empenho, dedicação e proficiência dos colaboradores, não tendo existido fatores internos e/ou externos que obstaculizassem a superação da atividade.

AE2 – atividade superada Todos os pareceres foram concluídos no ano de 2016, devido ao empenho, dedicação e proficiência dos colaboradores, não havendo fatores internos e/ou externos impeditivos, com vista à superação da atividade.

AE3 – atividade superada. Todos os pareceres foram concluídos no ano de 2016, devido ao empenho, dedicação e proficiência dos colaboradores, não havendo fatores internos e/ou externos impeditivos à superação da atividade

Objetivo Operacional 2 - Feitura de propostas com caráter normativo ou contratual

A este objetivo operacional estão afetas 2 atividades estratégicas

AE 1 - Elaboração de despachos, contratos, protocolos, convenções, regulamentos, circulares normativas e outros documentos de natureza jurídica análoga.

AE 2 - Resposta a reclamações, recursos hierárquicos, contenciosos e juntas médicas de recurso

AE 3 - Elaboração de projetos ou propostas de lei.

Resultados:

AE1 – atividade superada. Todos os atos normativos/regulamentares foram concluídos adentro do prazo conferido, devido ao empenho, dedicação e proficiência dos colaboradores e porquanto não existiram fatores internos e ou externos impeditivos;

AE2 – atividade superada. Todas as respostas foram executadas com observância dos prazos conferidos e legais.

AE3 – atividade superada. Todos os atos normativos/regulamentares foram concluídos no prazo conferido, devido ao empenho, dedicação e proficiência dos colaboradores e uma vez que não existiram fatores internos e/ou externos impeditivos.

Objetivo Operacional 3 - Participar e apoiar tecnicamente em grupos de trabalho interna e externamente, júris de concurso de pessoal e no âmbito da contratação pública, bem como assegurar a realização de processos de averiguações, sindicância, disciplinares e o levantamento de autos de notícia ou de participação de ilícito contra-ordenacional.

A este objetivo operacional estão afetas 2 atividades estratégicas:

AE 1 - Participação e apoio técnico-juríco de projetos no âmbito da atividade do IASÚDE, IP-RAM, bem como na apresentação de propostas em grupos de trabalho.

AE 2 - Assessoria técnica, participação em júris no âmbito do recrutamento de pessoal e da contratação pública, bem como na apresentação de propostas de aquisição de bens e serviços.

Resultados:

AE1 – atividade superada. A meta da atividade foi atingida e superada devido ao empenho, zelo e dedicação da equipa, não tendo existido factores internos e/ou externos impeditivos da sua execução.

AE2 – atividade superada. A meta da atividade foi atingida e superada devido ao empenho, zelo e dedicação da equipa, não tendo existido factores internos e/ou externos impeditivos da sua execução.

Atividades não estratégicas

Informações de carácter técnico-jurídico prestadas interna ou externamente por forma presencial, via telefónica ou por correio eletrónico.

Organização e arquivo de acervo documental atinente à produção jurídica resultante da atividade do GJ.

Organização de livros e manuais do GJ.

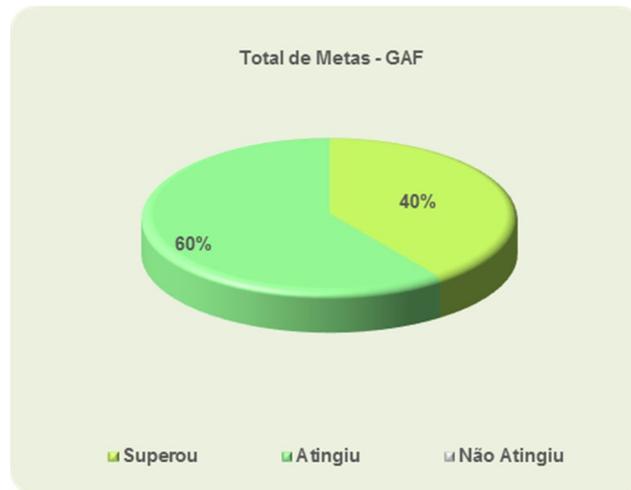
Realização de processos de averiguações, sindicância, inquérito e disciplinares, e levantamento de autos de notícia ou de participação de ilícito contra-ordenacional, sempre que ocorram.

Objetivos Operacionais	N.º Atividade s	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Emitir pareceres e prestar informações sobre questões de natureza jurídica.	3	3	--	-
Feitura de propostas com carácter normativo ou contratual.	3	3	-	-
Participar e apoiar tecnicamente em grupos de trabalho interna e externamente, júris de concurso de pessoal e no âmbito da contratação pública, bem como assegurar a realização de processos de averiguações, sindicância, disciplinares e o levantamento de autos de notícia ou de participação de ilícito contraordenacional	2	2	-	-
TOTAL	8	8	-	-

1.3.4. - Gabinete de Assuntos Farmacêuticos (GAF)

O Gabinete de Assuntos Farmacêuticos definiu 3 objetivos operacionais para o ano 2016, aos quais foram associadas 5 atividades.

Destas o GAF superou 2 e atingiu 3, o que se traduz numa percentagem de execução de 60% e 40% respetivamente.



Principais resultados alcançados:

Objetivo Operacional 1 - Assegurar as atividades no âmbito do licenciamento dos estabelecimentos intervenientes no circuito do medicamento.

A este objetivo operacional estão afetas 2 atividades estratégicas:

AE 1 -Análise e emissão de pareceres de licenciamento de novas farmácias, de transferências e de obras, de grossistas, de locais de venda de MNSRM e outros, bem como para obtenção de autorizações para aquisição de medicamentos e substâncias controladas e de dispensa de medicamentos ao domicílio e através da internet

AE 2 - Realização das vistorias solicitadas no âmbito de licenciamentos

Resultados:

AE1 – atividade superada. Superação em +15% da meta prevista, visto estarem proporcionadas as condições favoráveis.

AE1 - atividade superada. Superação em +15% da meta prevista, visto estarem proporcionadas as condições favoráveis.

Objetivo Operacional 2 - Assegurar as atividades no âmbito do cumprimento das normas aplicáveis aos estabelecimentos intervenientes no circuito do medicamento

A este objetivo operacional está afeta 1 atividade estratégica:

AE 1 - Inspeccionar os estabelecimentos intervenientes no circuito do medicamento

Resultado:

AE1 – atividade atingida.

Objetivo Operacional 3 - Assegurar as atividades no âmbito da conformidade do exercício farmacêutico e da comercialização de medicamentos

A este objetivo operacional estão afetas 2 atividades estratégicas:

AE 1 - Ações de âmbito técnico-normativas dirigidas aos profissionais de saúde e estabelecimentos intervenientes no circuito do medicamento, e no âmbito da promoção do uso racional de medicamentos e da farmacovigilância.

AE 2 - Elaboração de pareceres e informações no âmbito dos assuntos farmacêuticos e respetiva legislação.

Resultados:

AE1 – atividade atingida. Foram efetuadas 4 ações durante o ano de 2016.

AE2 – atividade atingida. Foram elaborados 4 pareceres e informações.

Atividades não estratégicas:

Manutenção e atualização dos arquivos e ficheiros dos estabelecimentos intervenientes no circuito do medicamento e dos farmacêuticos;

Manutenção e atualização das listagens de estabelecimentos intervenientes no circuito do medicamento e divulgação na página da internet;

Monitorização e dinamização dos processos relativos aos incumprimentos verificados com o objetivo da sua regularização;

Verificação do cumprimento do registo e entregas do movimento das substâncias controladas pelos estabelecimentos a tal obrigados;

Prestação das informações solicitadas por profissionais de saúde e público em geral, interna e externamente, presencialmente, por via escrita, telefónica ou internet;

Ações no âmbito de grupos de trabalho e de júris;

Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Assegurar as atividades no âmbito do licenciamento dos estabelecimentos intervenientes no circuito do medicamento	2	2	-	-
Assegurar as atividades no âmbito do cumprimento das normas aplicáveis aos estabelecimentos intervenientes no circuito do medicamento	1	-	1	-
Assegurar as atividades no âmbito da conformidade do exercício farmacêutico e da comercialização de medicamentos	2	-	2	-
TOTAL	5	2	3	-

II – Análise Económica e Financeira

Contexto

O ano de 2016 consolidou o rumo que vem a ser seguido desde 2012. Rumo esse que, tal como já evidenciado nos Relatórios de Gestão dos anos anteriores, assenta em duas premissas:

1. Não aumentar a dívida corrente, com pagamentos regulares e constantes aos fornecedores;
2. Abatimento da dívida de anos anteriores.

E, de facto, em 2016, o desempenho do IASAÚDE, IP-RAM cumpriu estes dois pontos. Inclusive a dívida reduziu-se substancialmente, fruto do pagamento antecipado de dois dos Acordos de Regularização de Dívida (ARD) que este Instituto celebrou. Assim, foi pago antecipadamente o montante de 70 ME do ARD celebrado com o Serviço de Saúde da RAM, EPE (Contrato-programa 2010/2012) que estava previsto ser pago em 2017 (tendo o mesmo ficado integralmente liquidado) e foi pago um montante de 5 ME no âmbito do ARD com a Caixa Geral de Depósitos (dívida anterior a 2011 às farmácias). Neste último caso o ARD ainda não se encontra liquidado, subsistindo uma montante total por pagar de 7 ME. Contudo, este pagamento antecipado permite uma significativa poupança de juros.

Assistiu-se igualmente ao pagamento da última *tranche* dos ARD's em vigor com as Casas de Saúde de Psiquiatria, nos termos da programação financeira acordada.

Deste modo, e considerando que em 2015 já havia sido liquidado (também antecipadamente) o ARD com a Associação Nacional de Farmácias, temos um cenário muito mais desanuviado no que à dívida de médio e longo prazo diz respeito.

Assim, o IASAÚDE, IP-RAM tem em vigor os seguintes ARD's:

ARD's a 31.12.2016

(euros)

Tipo de Dívida	Valor Inicial	Valor em Dívida	Observações
Acordos de Regularização de Dívida:			
Caixa Geral de Depósitos	24.428.179,53	12.928.179,50	Finaliza em Fevereiro 2018
Millennium BCP	24.170.076,58	7.427.179,53	Finaliza em Dezembro 2018

É pois um contexto muito mais favorável, e que permite manter um relacionamento muito mais tranquilo com todos os agentes. Dos pagamentos anteriormente referidos, gostaríamos de salientar o pagamento de 70 ME efetuado ao SESARAM, EPE. O mesmo resultou de um importante esforço do Governo Regional da Madeira, através de uma operação de financiamento, permitindo uma importante injeção de liquidez naquele organismo. Esta liquidez terá efeitos muito positivos, pois permite pagar dívida aos fornecedores (nalguns casos com montantes muito avultados), contribuindo para pacificar o relacionamento que nos últimos anos tem sido crítico e que tem originado pontualmente roturas de *stock*.

A crescer a todo este contexto, foram ainda desenvolvidas linhas de financiamento de apoio a programas específicos de saúde envolvendo o IASAÚDE, IP-RAM e o SESARAM, EPE. Todas com o intuito de acorrer a situações pontuais e excepcionais, onde está em causa a saúde pública. Esses programas foram os seguintes:

- PRC - Programa de Recuperação de Cirurgias – que se destina a recuperar o atraso nas listas de espera de utentes a aguardar cirurgias no SESARAM, EPE (que envolveu uma despesa na ordem do 1,1 ME). No anexo “Análise Estatística UOC” detalhamos os tipos de cirurgias realizadas;
- PEACS - Programa Especial de Acesso a Cuidados de Saúde – que envolve a realização de exames complementares de diagnóstico e terapêutica a utentes em lista de espera (o programa iniciou-se no final do ano e tem por isso uma baixa taxa de execução, envolvendo uma despesa de 9 m€);
- HEPATITE C – este programa teve o seu início em 2015 e revelou-se verdadeiramente eficiente no tratamento desta doença. Por ser um tratamento extremamente oneroso, a RAM acompanhou o contrato celebrado através do Ministério da Saúde com o fornecedor do medicamento (GILEAD). Ao acompanhar o todo nacional beneficiou de descontos em função das economias de escala. Em 2016 apresentou uma despesa na ordem dos 500 m€.

Face a tudo isto que aqui foi referido, há a salientar o facto do IASAÚDE, IP-RAM ter voltado a ser o organismo responsável pela transferência de verbas para o SESARAM, EPE. Em 2015 isso não se verificou. Em ambas as situações foi uma opção da tutela. Contudo o Balanço deste instituto sempre evidenciou as responsabilidades para com este organismo. Daí que a análise à estrutura do balanço ser comparável em relação ao anterior. O mesmo já não se verifica na

análise à Demonstração de Resultados, dado que fruto das avultadas verbas canalizadas para o SESARAM, EPE, a análise aos custos e perdas não é de todo comparável.

Em suma, são estas as notas dominantes do exercício de 2016. Voltamos a referir: houve, uma vez mais, um grande esforço do Governo Regional da Madeira no sector da saúde, tendo por fim último prestar um serviço de qualidade ao utente que recorre quer ao serviço público de saúde, quer aos serviços privados (através dos acordos celebrados pelo IASAÚDE).

Com isto, e pelo quinto ano consecutivo, o IASAÚDE, IP-RAM regista um Resultado Líquido positivo na ordem dos 17,5 ME. Consequentemente, e uma vez mais, temos uma redução do Passivo face ao ano anterior de 125,3 ME e uma melhoria do Capital Próprio na ordem dos 18,2 ME. Relativamente a este último indicador, e para que se perceba bem o que tem sido a recuperação encetada nos últimos cinco anos, o Capital Próprio em 2012 – ano em que se deu o ponto de viragem – apresentava um valor negativo de 169,6 ME. Neste momento cifra-se em -31,3 ME. Obviamente que continua a ser um valor negativo de uma dimensão significativa e que não pode ser descurado.

Concluimos esta primeira parte, transcrevendo na íntegra o que foi escrito no Relatório de 2015 (que permanece e sempre permanecerá actual): *“Por último, importa referir que continua este Instituto muito atento à situação envolvente. As exigências são muitas e de diversa ordem. A área da saúde continua a ser muito sensível. Apesar deste Instituto não envolver a prestação de cuidados de saúde (competência do SESARAM, EPE), existe a noção clara que o caminho é ainda longo e difícil. Tem de ser encontrado um ponto de equilíbrio entre uma eficiente e eficaz prestação de cuidados de saúde à população, de um lado, e um rigoroso controlo da despesa do outro. Esta é, digamos, a equação em cima da mesa. E é de muito difícil resolução, porque é pública a grande pressão que este sector envolve. Não podemos descurar uma parte em benefício de outra. Os responsáveis deste instituto atravessaram os anos pré e pós PAEF. Sabem o quão difícil é o sector. Nomeadamente as exigência que se colocam e que por vezes “chocam” com os trâmites e prazos processuais inerentes à administração pública. Mas têm também a perfeita noção da complexidade e responsabilidade em gerir dinheiros públicos. E como tal estão comprometidos em garantir o tal ponto de equilíbrio. Sempre com um foco no horizonte: que os utentes do sistema regional de saúde beneficiem de uma prestação de serviços de saúde de qualidade.”.*

Indicadores

O seguinte quadro reflecte os indicadores económicos e financeiros que compõem o balanço e a demonstração de resultados, cuja situação a 31.12.2016 foi a seguinte:

Indicadores Económicos e Financeiros

Designação	2014	2015	2016	Var. 15/16	%
Total de Proveitos	282.066.140,42	110.827.113,58	284.964.904,64	174.137.791,06	157%
Total de Custos	250.491.819,29	68.431.626,83	267.419.635,09	198.988.008,26	291%
Encargos Financeiros	4.488.950,70	2.964.358,11	1.260.089,19	-1.704.268,92	-57%
Função Financeira	-4.488.950,70	-2.964.358,11	-1.260.089,19	1.704.268,92	57%
Resultados Líquidos	31.574.321,13	42.395.486,75	17.545.269,55	-24.850.217,20	-59%
Auto Financiamento	32.503.392,01	45.232.159,59	17.571.796,21	-27.660.363,38	-61%
Activo Líquido	193.587.618,67	107.587.733,68	587.765,77	-106.999.967,91	-99%
Imobilizado Líquido	79.609,00	76.661,60	98.179,29	21.517,69	28%
Capital Próprio	-28.272.714,79	-49.657.421,65	-31.369.658,29	18.287.763,36	37%
Passivo	292.897.214,57	157.245.155,33	31.957.424,06	-125.287.731,27	-80%

Os dados constantes deste mapa refletem o que já foi referido anteriormente:

- Um Resultado Líquido do Exercício positivo de 17,5 ME (na linha dos resultados registados nos últimos anos);
- Redução do Passivo em 125,2 ME (continuando o decréscimo registado desde 2012);
- Uma variação positiva do Capital Próprio em 18,2 ME.

O significativo aumento de custos de 291% face a 2015, prende-se essencialmente com o facto de o IASAÚDE, IP-RAM ter voltado assumir os custos com o Contrato de Produção do SESARAM:

(euros)

Custos do Ano	Valor		Var. 15/16	
	2015	2016	Valor	%
Custos do Ano	68.431.626,83	267.419.635,09	198.988.008,26	291%
	68.431.626,83	267.419.635,09	198.988.008,26	291%

Contudo, este aumento tem naturalmente correspondência no aumento dos proveitos, em função das transferências correntes asseguradas pelo Governo Regional para fazer face ao Contrato Programa de produção. Há portanto um efeito nulo sem repercussões na dívida e, consequentemente, no Capital Próprio.

Relativamente aos custos financeiros suportados em 2016, tivemos a seguinte variação face a 2015:

(euros)

Custos Financeiros	Valor		Var. 15/16	
	2015	2016	Valor	%
Custos Financeiros	2.964.358,11	1.260.089,19	-1.704.268,92	-57%
	2.964.358,11	1.260.089,19	-1.704.268,92	-57%

Apesar desta variação negativa do valor assumido com os custos financeiros não ter uma grande preponderância no total da redução de custos, a mesma reflete o grande esforço que tem sido desenvolvido em termos da redução da dívida, isto é, quanto menor for esta, menor será o custo associado ao serviço da dívida. E este é sem dúvida um indicador manifestamente positivo. Voltamos a referir o panorama em 2012. Então, face ao elevadíssimo valor da dívida – 485 ME(!) – foram suportados, nesse ano, custos financeiros da ordem dos 6 ME. É, inequivocamente, um indicador que vale mais que mil palavras.

Na restante estrutura de custos, tivemos as seguintes variações:

(euros)

	2015	2016	Var. 15/16
Patologia Clínica	5.080.562,32	5.231.992,46	3%
Radiologia	651.441,56	1.723.570,57	62%
Cardiologia	702.369,28	743.640,46	6%
Medicina Física Reabilitação	1.392.285,33	1.611.645,20	14%
Cuidados Respiratórios	2.084.461,55	2.036.405,28	-2%
Produtos Vendidos Farmácias	26.364.111,11	28.333.970,32	7%
Internamentos	11.522.876,46	12.827.140,08	10%
Reembolsos Indirectos	7.047.911,26	7.053.780,16	0%
Total	54.846.018,87	59.562.144,53	8%

Assiste-se a um aumento global de 8% nos custos destes subcontratos. No geral, não se verificam grandes variações. Contudo, há a salientar a subida significativa de 62% na Radiologia. Esta subida prende-se com o facto de anteriormente alguns destes cuidados serem assumidos pelo SESARAM, EPE, dado que este serviço internalizou os mesmos. Contudo, em 2016, assistiu-se à externalização dos mesmos – passando a responsabilidade de execução dos serviços para entidades privadas – com os consequentes efeitos em termos de aumento de despesa no IASAÚDE, IP-RAM. Mas, a subida com mais peso no global verifica-se nos Produtos

Vendidos nas Farmácias, com mais 2 ME. É um fenómeno para o qual ainda não existe uma explicação cabal. O aumento dos gastos com medicamentos poderá ser consequência de uma inexplicável, mas cíclica, maior propensão para a doença direta e indirectamente relacionada com a nossa estrutura etária, os riscos psico-emocionais a que estamos expostos, o agravamento das condições ambientais, lembrando que a partir do momento em que a procura pelos serviços de saúde aumenta o consumo de medicamentos geralmente aumenta, sendo que, estes apresentam-se cada vez mais caros para o tratamento de algumas patologias (por exemplo Hepatite C).

PROVISÕES

No final de 2015, optou-se por constituir provisões: para cobranças duvidosas e para riscos e encargos. As mesmas mantêm-se para 2016.

Relativamente às primeiras, as mesmas prendem-se com uma dívida do SESARAM na ordem dos 2,5 ME que já perduram no balanço deste instituto há vários anos. Aliás, a mesma já foi questionada pelo próprio Tribunal de Contas, nomeadamente, o porquê de não se constituírem as referidas provisões. Então alegou-se que pelo facto do SESARAM ser uma empresa de capital inteiramente Público (logo pertence ao Sector Empresarial do Estado), não se afigurava razoável considerar o Estado como uma entidade que não cumpre com os seus compromissos. Contudo, dada a antiguidade da mesma, e considerando que a breve prazo se prevê um entendimento com o SESARAM, optou-se por constituir a referida provisão.

No que toca às provisões para riscos e encargos, optou-se por constituir uma provisão de 311,2 m€ para fazer face a um eventual pagamento de juros de mora no âmbito da dívida ao fornecedor OCEANOS. Estamos perante um valor em dívida de 1,5 ME, que se encontra pendente de pagamento desde 2012. O valor, apesar de reconhecido e reportado nas contas do IASAÚDE, IP-RAM, não foi ainda pago por se tratar de um processo complexo. Nomeadamente porque envolve um Administrador de Insolvência que intentou uma acção em tribunal. Decorrem negociações para a redução do valor dos juros de mora a pagar. Contudo, por uma questão de prudência, optou-se nesta fase por constituir a referida provisão.

Análise Económica

Análise da Demonstração de Resultados

Designação	2014	2015	2016	(euros)	
				Var. 15/16	%
Resultados Operacionais	-1.098.326,47	-2.364.021,51	-3.207.564,65	-843.543,14	236%
Resultados Financeiros	-4.488.950,70	-2.964.358,11	-1.260.089,19	1.704.268,92	143%
Resultados Correntes	-5.587.277,17	-5.328.379,62	-4.467.653,84	860.725,78	-16%
Resultado Líquido	31.574.321,13	42.395.486,75	17.545.269,55	-24.850.217,20	141%

A tradução deste mapa passa muito pela análise que foi feita aos indicadores económico-financeiros, nomeadamente o fenómeno associado ao facto do RLE ser positivo.

Há que salientar que a existência de resultados positivos ou negativos, está sempre muito condicionado à disponibilização de verbas por parte do Governo Regional. Como tal, o IASAÚDE, IP-RAM, por não conseguir gerar receitas próprias significativas, está sempre muito dependente dessa disponibilização de verbas para atingir um patamar de equilíbrio financeiro.

Receitas Próprias

A propósito do que foi referido no parágrafo anterior, as receitas próprias do IASAÚDE, IP-RAM consistem basicamente em três fontes: venda de vinhetas de autenticação de prescrição (as vulgares etiquetas de códigos de barras que são apostas nas receitas médicas); receituário médico; cobrança de taxas.

Comparativamente com o ano anterior, tivemos o seguinte cenário:

Designação	2015	2016	(euros)
			Var. 15/16
Receitas Próprias	289.507,12	229.189,39	-21%

Temos um decréscimo de 21% face ao ano anterior.

Facilmente se constata que esta receita é diminuta para fazer face às despesas correntes do IASAÚDE, IP-RAM.

Análise dos custos

Ao nível dos Fornecimentos e Serviços a estrutura de custos é a seguinte:

Análise Aos Fornecimentos e Serviços Externos

(euros)

POC	621 - Subcontratos	Valores				Variação 2015/2016	
		2015	%	2016	%	Absoluta	%
622	Fornecimentos e Serviços	1.637.668,79	100%	1.262.427,85	100%	-375.240,94	-23%
6221	Fornecimentos e Serviços I	120.079,80	7%	166.073,56	13%	45.993,76	38%
6222	Fornecimentos e Serviços II	92.125,79	6%	93.165,37	7%	1.039,58	1%
6223	Fornecimentos e Serviços III	1.324.746,58	81%	914.682,87	72%	-410.063,71	-31%
6229	Outros Fornecimentos e Serviços	100.716,62	6%	88.506,05	7%	-12.210,57	-12%

Os Fornecimentos e Serviços I, em 2016, são responsáveis por 13% do total, com € 166 milhares. Esta rubrica compreende os custos do fornecimento de bens e serviços, nomeadamente, electricidade, combustíveis, água, e outros (onde se incluem os livros e documentação técnica, material de escritório e rendas).

Os Fornecimentos e Serviços II são responsáveis, em 2016, por 6% dos FSE e perfazem o montante de € 93,1 milhares.

Esta rubrica compreende os custos com despesas de representação, comunicação, seguros, deslocações e estadas e honorários.

Os Fornecimentos e Serviços III ascendem, em 2016, a 73% do total, perfazendo o montante de 0,9 ME. Nesta rubrica, destacam-se os seguintes serviços:

- Centro de Conferência de Faturas – A faturação das farmácias passou a ser conferida externamente pelo Centro de Conferência da Maia, à semelhança do que se passa com o restante território continental;
- Hepatite C – A Região Autónoma da Madeira aderiu ao programa de âmbito nacional de tratamento de doentes da Hepatite C, tendo replicado o mesmo circuito financeiro. Nesse circuito o IASAÚDE, IP-RAM surge como a entidade financiadora do programa e o SESARAM como entidade prestadora.

Relatório de Gestão 2016

Esta rubrica compreende ainda os custos destinados à prestação de serviços, designadamente, despesas de conservação e reparação, trabalhos especializados, publicidade e propaganda, limpeza higiene e conforto, vigilância e segurança, e outros fornecimentos e serviços.

Ao nível das rubricas de trabalhos especializados, tivemos a seguinte situação:

Análise Comparativa da rubrica Trabalhos Especializados

(euros)

Rubricas	Designação	Valores				Variação 2015/2016	
		2015	%	2016	%	Absoluta	Relativa
62236	Trabalhos Especializados	1.272.575,61	100%	872.213,06	100%	-400.362,55	-31%
622361	Serv. Informática	14.701,40	1%	15.044,37	2%	342,97	2%
622365	Outros Trabalhos Especializados	1.203.533,26	95%	805.083,72	92%	-398.449,54	-33%
622366	Assistência Técnica	48.896,19	4%	47.889,48	5%	-1.006,71	-2%
6223691	DFP - Não Comp.Out. Trab. Especial.	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
6223693	DFP - Comparticipado	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
6223696	Emolumentos - Tribunal de Contas	2.946,88	0%	2.935,49	0%	-11,39	0%
6223696	Emolumentos - outros	5,00	0%	0,00	0%	-5,00	100%
6223698	Formação, Seminários, simpósios	0,00	0%	1.260,00	0%	1.260,00	100%
6223699	Outros Trabalhos Especializados	2.492,88	0%	0,00	0%	-2.492,88	0%

Em 2016, os Trabalhos Especializados atingiram o montante de € 872 milhares. Destaca-se a rubrica 622365 – Outros trabalhos especializados. O montante significativo em 2016 foi já explanado no ponto anterior. Diz respeito ainda a diversos trabalhos especializados ao nível da informática e a terceira envolve três projectos inscritos no PIDDAR – Promoção e Protecção da Saúde; Informação, Planeamento e Qualidade em Saúde e Prevenção e Controlo da Doença. Este valor relevante tem em conta diversos trabalhos realizados no âmbito de doenças emergentes (Dengue, Ébola, etc).

Ao nível dos custos com o pessoal, tivemos o seguinte cenário:

(euros)

Rubricas	Designação	Valores				Variação 2015/2016	
		2015	%	2016	%	Absoluta	Relativa
64	Custos com o Pessoal	4.753.515,65	100%	4.560.212,35	100%	-193.303,30	-4%
641	Órgãos Sociais Vencimentos	174.571,87	4%	184.862,41	4%	10.290,54	6%
642	Remunerações Base	3.662.066,10	77%	3.497.569,18	77%	164.496,92	-4%
643	Pensões	8.604,86	0%	8.601,08	0%	-3,78	0%
645	Encargos Sobre Remunerações	903.606,57	19%	853.497,57	19%	-50.109,00	-6%
647	Encargos Sociais Voluntários	48,00	0%	48,00	0%	0,00	0%
648	Outras Despesas com o Pessoal	4.618,25	0%	15.634,11	0%	11.015,86	239%

Os custos com o pessoal do IASAÚDE, IP-RAM, totalizaram, no ano económico de 2016, € 4,5 milhões.

Naturalmente que a rubrica com maior peso é a 642 – Remunerações Base com 77% do total, que se decompõe da seguinte forma:

(euros)

Rubricas	Designação	Valores		Variação 2015/2016	
		2015	2016	Absoluta	Relativa
6421	Remunerações Base	2.981.907,05	2.981.907,05	0,00	0%
6422	Suplementos de remunerações	177.917,73	166.040,75	-11.876,98	-7%
64221	Horas Extraordinárias	163,97	2.103,24	1.939,27	1183%
64223	Abono para falhas	0,00	0,00	0,00	0%
64224	Subsídio de refeição	175.274,96	158.673,72	-16.601,24	-9%
64225	Ajudas de custo	1.194,70	3.867,11	2.672,41	224%
64228	Outros Suplementos	1.284,10	1.396,68	112,58	9%
6423	Prestações Sociais	10.861,89	13.784,38	2.922,49	27%
6424/6425	Subsídio de Férias e Natal	491.379,43	430.129,84	-61.249,59	-12%

Análise Financeira

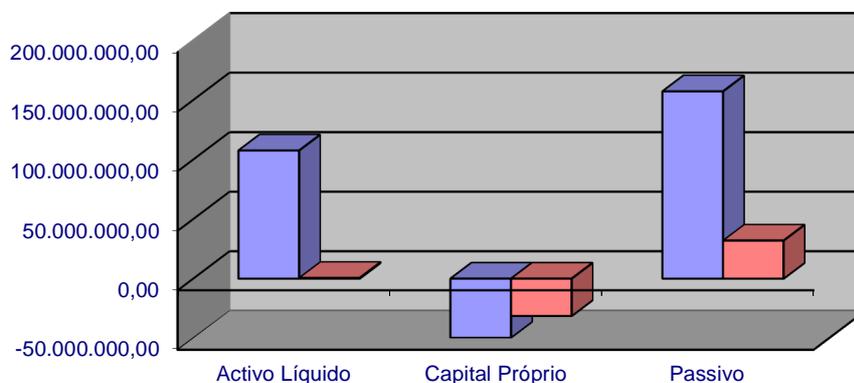
O Activo Corpóreo do IASAÚDE, IP-RAM é constituído da seguinte forma:

	(euros)		
	Activo Bruto	Amortizações	Activo Líquido
Edifícios e outras construções	35.225,40	17.228,15	17.997,25
Equipamento básico	127.621,25	85.119,20	42.502,05
Equipamento administrativo	871.296,90	851.081,13	20.215,77
Outras imobilizações corpóreas	38.835,93	21.371,71	17.464,22
TOTAL	1.072.979,48	974.800,19	98.179,29

Dada a especificidade do IASAÚDE, IP-RAM, nomeadamente pelo facto de se revestir da natureza de Instituto Público, não dispondo das exigências de capital como se de uma entidade empresarial se tratasse, o efeito dos resultados líquidos do exercício e de exercícios anteriores, reflectem-se na estrutura do capital:

Estrutura Financeira

Designação	2015	2016	Variação 2015/2016	
			Absoluta	Relativa
Activo Líquido	107.587.733,68	587.765,77	-106.999.967,91	-99%
Capital Próprio	-49.657.421,65	-31.369.658,29	18.287.763,36	-37%
Passivo	157.245.155,33	31.957.424,06	-125.287.731,27	-80%



A estrutura financeira do IASAÚDE, IP-RAM apresenta um passivo de € 31,9 milhões e um activo líquido de € 587,7 milhares. O capital próprio apresenta um valor negativo de € - 31,3 milhões, decorrente de resultados transitados de anos anteriores.

O passivo regista, para além das rubricas de acréscimos e diferimentos, os encargos assumidos e não pagos do ano 2016.

Análise do Fundo de Maneio Líquido

(euros)

Rubricas	2015	2016
Capitais Permanentes	-21.707.690,93	-16.021.186,36
Activo Fixo Líquido	76.661,60	98.179,29
FUNDO MANEIO LIQUIDO(FML)	-21.784.352,53	-16.119.365,65

Em 2016, o fundo de maneo líquido é negativo, no montante de € 16 milhões. Os capitais permanentes são negativos, € - 16 milhões, e são manifestamente insuficientes para financiar o activo fixo líquido

Activo Fixo Líquido

(euros)

Rubricas	Valores		Variação 2015/2016	
	2015	2016	Absoluta	Relativa
Activo Fixo Líquido	124.568,44	154.187,13	29.618,69	24%
Activo Incorpóreo	0	0,00	0,00	0%
Activo Corpóreo	76.661,60	98.179,29	21.517,69	28%
Dívidas de 3.º ML/P	47.906,84	56.007,84	8.101,00	17%

Análise das Necessidades de Fundo de Maneio

(euros)

Rubricas	2015	2016
Necessidades Cíclicas	77.300,80	176.164,62
Recursos Cíclicos	45.942.799,01	26.969.708,15
Necessidades Fundo Maneio (NFM)	-20.563.817,60	-26.793.543,53

À data de 31 de Dezembro de 2016, as necessidades de fundo maneo são negativas em € 26,7 milhões, revelando um excedente de fundo de maneo, no curto prazo, originado pelo crédito dos fornecedores.

Necessidades Cíclicas

(euros)		
Rubricas	2015	2016
Necessidades Cíclicas	13.414,50	176.164,62
Existências	0	0,00
Clientes c/c de Curto Prazo	5.039,95	7.411,20
Outros Devedores de exploração	8.374,55	168.753,42
Acréscimo de Proveitos de Exploração	0	0,00

Em 2016, as necessidades cíclicas ascendiam ao montante de € 176 milhares.

Recursos Cíclicos

(euros)		
Rubricas	2015	2016
Recursos Cíclicos	157.203.741,93	16.198.131,24
Fornecedores de Exploração	0	0,00
Adiantamentos de Clientes	0	0,00
Estado e OEP's de Exploração	0	0,00
Outros Credores de Exploração	45.942.799,01	11.260.394,91
Acréscimo Custos	111.260.942,92	4.937.736,33

Os recursos cíclicos são consideráveis, materializando-se em € 16,1 milhões.

Análise da Tesouraria Líquida

(euros)		
Rubricas	2015	2016
Fundo Maneio Líquido	-21.562.388,08	-27.956.461,58
Necessidades Fundo Maneio	-22.309.930,40	-28.213.875,60
TESOURARIA LÍQUIDA	747.542,32	257.414,02

Em 2016, o fundo de maneo líquido é negativo em € 27 milhões e existe um excedente de recursos cíclicos no curto prazo de € 28,2 milhões. Daqui resulta uma situação de tesouraria líquida positiva € 257,4 milhares.

Análise do Mapa de Fluxos de Caixa

(euros)

	Designação	2016	
		Valor	%
Principais Recebimentos	Transferências Correntes		
	Funcionamento Normal – Pessoal	4.565.319,39	1,16%
	Funcionamento Normal - Outras Despesas Correntes	80.301.939,96	20,44%
	Funcionamento Normal - Outras Despesas Correntes – SRS	307.278.313,21	78,22%
	Transferências de Capital	389.824,94	0,10%
	Receitas Próprias	241.607,39	0,06%
	Contas de Ordem	0,00	0,00%
	Operações de Tesouraria	58.337,83	0,01%
		392.835.342,72	
Principais Pagamentos	Despesas Correntes		
	Despesas com o Pessoal	4.501.100,69	1,15%
	Aquisições de Bens e Serviços	79.105.061,11	20,15%
	Juros e Outros Encargos	1.274.713,98	0,32%
	Transferências Correntes	307.278.313,21	78,27%
	Despesas Capital	389.824,94	0,10%
	Contas de Ordem	0,00	0,00%
	Operações de Tesouraria	58.337,83	0,01%
		392.607.351,76	

Pela análise do Mapa dos Fluxos de Caixa do IASAÚDE, IP-RAM, podemos constatar que a globalidade dos recebimentos efectuados no ano de 2016, relativos a transferências correntes, representou 90% do total de recebimentos.

Análise Orçamental

Ao analisarmos o controlo orçamental da receita e da despesa, verifica-se que em 2016, o IASAÚDE, IP-RAM executou 94% do total orçamentado.

(euros)

2016	Previsões Corrigidas	Receita por cobrar no início do ano	Receita Liquidada/Emitida	Receita Cobrada	Receita por cobrar no final do ano	Grau de execução Orçamental
	1	2	3	4	5=2+3-4	6=(4/1)*100
Saldo da Gerência Anterior	747.543,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%
Receita Própria	3.564.769,00	2.567.506,84	269.348,65	267.176,75	2.569.678,74	7%
Receita Orçamental	407.801.988,00	0,00	391.762.285,82	391.762.285,82	0,00	96%
TOTAL	412.114.300,00	2.567.506,84	392.031.634,47	392.029.462,57	2.569.678,74	95%

A receita a cobrar respeita, basicamente, aos valores facturados em 2005 e 2006 ao Serviço Regional de Saúde, EPE, e ainda por receber, ao abrigo dos Contratos-Programa de 2004/2005 e 2005/2006.

O controlo orçamental da despesa traduz-se no quadro seguinte:

(euros)

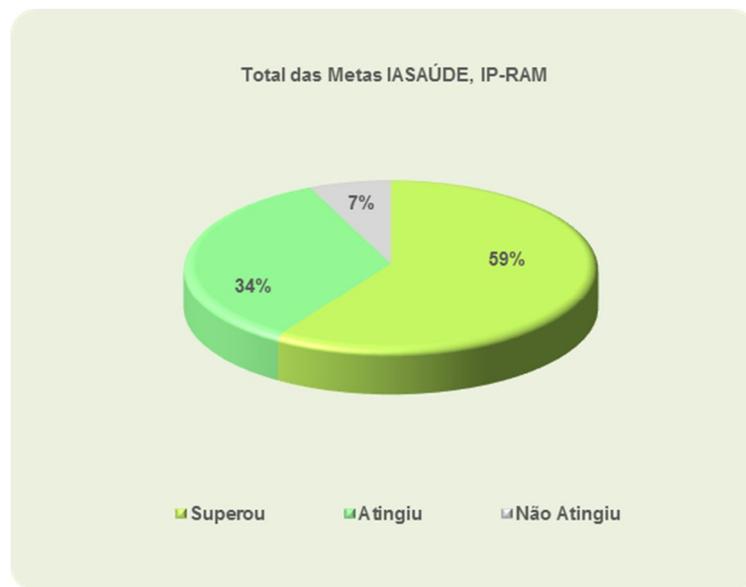
Despesa	Dotações Corrigidas	Cativo Congelamento	Comp. Assumidos	Despesa Paga	Dotação não comprometida	Saldo	Comp. por pagar
	1	2	3	4	5=1-2-3	6=1-2-4	7=3-4
Controlo Orç. Despesa	411.366.757,50	4.669.403,60	397.045.855,91	392.549.013,93	9.651.497,99	14.148.339,97	4.496.841,98

Na análise ao controlo orçamental da despesa, verifica-se que, do total das dotações corrigidas, foram assumidos compromissos na ordem dos € 397 milhões. Sendo que, a despesa paga atingiu o montante de cerca de € 392 milhões, tendo ficado por pagar aproximadamente € 4,5 milhões.

III - AVALIAÇÃO FINAL

Durante o corrente ano o IASAÚDE, IP-RAM propôs-se a realizar 120 atividades. Destas conseguiu superar 71 e atingir 41, o que representa uma percentagem bastante positiva na execução do plano de atividades, sendo 59% das atividades superadas e 34% atingidas.

Verificou-se este ano o não cumprimento de 8 atividades, a sua maioria devido a fatores hexógenos, o que representa



Pela natureza e multiplicidade das funções que desempenha e pela diversidade das suas áreas de atuação, O IASAÚDE, IP-RAM relaciona-se com um universo vasto de interlocutores de natureza heterogénea. Nesse contexto, a prossecução de uma estratégia de comunicação externa ativa, como canal privilegiado para melhorar o conhecimento da instituição, reveste-se de uma importância crucial, seja, por um lado, na vertente de relacionamento e interação com o cidadão em geral e por outro lado, no prisma da interlocução com as entidades para as quais o IASAÚDE deve emitir instruções e prestar esclarecimentos, enquanto entidade que procede à definição e implementação de políticas, normalização, regulamentação, planeamento e avaliação em saúde.

Este ano foi criada uma nova página de internet, mais apelativa, mas intuitiva e com mais funcionalidades, por forma a facilitar a vida do cidadão que frequenta os nossos serviços.

Para a execução das atividades previamente definidas, foi realizado um levantamento das necessidades de recursos humanos e financeiros de forma a alocar devidamente as pessoas às

diferentes tarefas e os recursos materiais e financeiros necessários à sua concretização, efetuando assim um planeamento mais eficaz com vista a uma maior eficiência e a obtenção de um menor número de desvios na execução do plano.

No que diz respeito à intervenção preventiva desenvolvida pela Unidade Operacional de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências, orientou-se pelo investimento e reforço na diversidade, qualidade e rigor técnico científico das ações implementadas.

Ao nível dos programas de intervenção preventiva optou-se pelo investimento e reforço na diversidade, qualidade e rigor técnico científico das ações implementadas, tentando atingir um maior número de público-alvo, promovendo uma ação mais pessoal por forma a promover a consciencialização das problemáticas quer ambientais, quer sociais.

Em relação à atividade formativa dinamizada pelo IASAÚDE, IP-RAM, e à semelhança do ano transsto, não abriram as candidaturas para os fundos comunitários, pelo que não foi efetuada formação intersectorial. O IASAÚDE, procedeu à aquisição de serviços de formação profissional a uma entidade externa, sobre a linguagem JOOMLA, tendo em vista dotar os trabalhadores de competências necessárias para fazer a gestão da nova página electrónica e proceder à inserção de conteúdos relevantes.

No entanto verificou-se que os trabalhadores procuraram obter formação recorrendo a outras entidades, quer tanto em regime de comissão gratuita de serviço com também em comissão de serviço.

No que se refere à execução orçamental em 2016, foram efetuados pagamentos no valor de € 392.549.013,93€, o que corresponde a uma taxa de execução orçamental de 95,42%.

Funchal, 31 de Março de 2017

IV ANEXOS

13.1.4 – RECURSOS HUMANOS (I)

Relatório de Gestão 2016

Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação

Recursos Humanos		Dirigente	Carreira de técnico superior	Carreira de assistente técnico	Carreira de assistente operacional	Carreiras e categorias subsistentes	Carreiras e Corpos especiais	Carreiras Médicas	Carreiras de Enfermagem	Outros	Total
Total efectivos	H	5	10	14	5	0	5	1	0	5	45
	M	6	32	46	11	9	20	1	2	0	127
	T	11	42	60	16	9	25	2	2	5	172
Nomeação	H										0
	M										0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Contrato por tempo indeterminado	H	3	10	13	5	0	5	1	0	5	42
	M	5	32	46	11	9	20	1	2	0	126
	T	8	42	59	16	9	25	2	2	5	168
Contrato a termo resolutivo, certo ou incerto	H										0
	M										0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	H	2	0	1							3
	M	1	0	0							1
	T	3	0	1	0	0	0	0	0	0	4
Total		11	42	60	16	9	25	2	2	5	172

Relatório de Gestão 2016

Contagem dos trabalhadores admitidos durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação

Admissões (durante o ano)		Dirigente	Carreira técnico superior	Carreira assistente técnico	Carreira assistente operacional	Carreiras e categorias subsistentes	Carreiras e Corpos especiais	Carreiras Médicas	Carreiras de Enfermagem	Outros	Total
Nomeação	H										0
	M										0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Contrato por tempo indeterminado	H		0								0
	M		1	2					1		4
	T	0	1	2	0	0	0	0	1	0	4
Contrato a termo resolutivo, certo ou incerto	H										0
	M										0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	H										0
	M										0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total		0	1	2	0	0	0	0	1	0	4

Relatório de Gestão 2016

Contagem das saídas de trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço, por grupo/cargo /carreira, segundo o motivo das saídas

Motivo das saídas dos trabalhadores contratados	Dirigente	Carreira de técnico superior	Carreira de assistente técnico	Carreira de assistente operacional	Carreiras e categorias subsistentes	Carreiras e Corpos especiais	Carreiras Médicas	Carreiras de Enfermagem	Outros
Falecimento									
Exoneração									
Aposentação									
Limite de idade									
Aposentação compulsiva									
Demissão									
Mútuo acordo									
Outros	1	11	8	3				1	
Total	1	11	8	3	0	0	0	1	

Relatório de Gestão 2016

Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira

Alterações do posicionamento remuneratório/promoções		Dirigente	Carreira de técnico superior	Carreira de assistente técnico	Carreira de assistente operacional	Carreiras e categorias subsistentes	Carreiras e Corpos especiais	Carreiras Médicas	Carreiras de Enfermagem	Outros
Alterações do posicionamento remuneratório	H									
	M									
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Promoções (carreiras e categorias subsistentes, carreiras e corpos especiais)	H									
	M									
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total		0	0	0	0	0	0	0	0	0

Relatório de Gestão 2016

Cobertura dos mapas de pessoal	Nº de lugares		
	Previstos	Preenchidos	%
Dirigente	11	11	100%
Carreira de técnico superior	50	42	84%
Carreira de assistente técnico	64	60	94%
Carreira de assistente operacional	19	16	85%
Carreiras e categorias subsistentes	9	9	100%
Carreiras e Corpos especiais	25	25	100%
Carreiras Médicas	2	2	100%
Carreiras de Enfermagem	2	2	100%
Outros	6	5	84%
Total	188	172	92%

13.1.4 – RECURSOS HUMANOS (II)

13.1.4 Horas extraordinárias	N.º de horas extraordinárias 2016
Horas Extras /outro Pessoal *)	191
Peso relativo das horas extraordinárias a)	11,26

*) Horas extraordinárias e trabalho em dia de descanso semanal complementar e feriados

(Extraído dos dados fornecidos para o balanço social para 2016)

a) (Horas extraordinárias/horas normais) x100

Salário médio por grupo profissional	Valor em Euros
Pessoal Dirigente	47.096,10
Carreira de Técnico Superior	18.441,96
Carreira de Assistente Técnico	11.415,48
Carreira de Assistente Operacional	7.848,49
Carreiras e Categorias Subsistentes	19.986,30
Carreiras e Corpos Especiais	23.304,79
Carreiras Médicas	79.972,18
Carreiras de Enfermagem	13.743,53
Outros	25.612,46

5. Número de dias de trabalho por cada grupo profissional em média.

<i>Número de dias de trabalho</i>	<i>Dirig.</i>	<i>Carreira de Técnico Superior</i>	<i>Carreira de Assistente Técnico</i>	<i>Carreira de Assistente Operacional</i>	<i>Carreira e Categorias Subsistente</i>	<i>Carreira e Corpos Especiais</i>	<i>Carreiras Médicas</i>	<i>Carreiras de Enfermagem</i>	<i>Outros</i>
Total	220	208	206	196	222	206	223	207	220

QUAR

ANO: 2016

Secretaria Regional da Saúde

Designação do Serviço|Organismo:

Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais IP - RAM

Missão:

Definir e assegurar a implementação de políticas, normas e regulamentos, bem como realizar o planeamento e avaliação em saúde e coordenar a gestão dos recursos humanos e financeiros, de formação profissional, das instalações, equipamentos e sistemas de informação dos serviços no domínio da SRS.

Objetivos Estratégicos (OE):

OE1: Coordenar o Planeamento em Saúde no Sistema Regional de Saúde

OE2: Melhorar o Desenvolvimento, Implementação e Coordenação dos Sistemas de Informação em Saúde no Sistema Regional de Saúde

OE3: Desenvolver mecanismos de preparação e resposta transversal à emergência e reemergência em Saúde Pública.

OE4: Reforçar o planeamento e o controlo de gestão do sistema de saúde nas várias áreas de atuação do IASAÚDE,IP-RAM: recursos humanos, produção assistencial, económico-financeira, infraestruturas e instalações

Objetivos Operacionais (OOP)

EFICÁCIA

Peso

35%

OOP1: Consolidar o Plano Estratégico do Sistema Regional de Saúde - extensão a 2020

Indicadores		Realizado 2015	Meta 2016	Cálculo	Mês (monitorização)	Resultado	Classificação	Desvio
Ind1	Revisão documental e elaboração de cadernos temáticos dos programas e estratégias	Versão Inicial do PESRS_extensão 2020	3 documentos	Nº de documentos elaborados e publicados	setembro			

Relatório de Gestão 2016

OOP2: Promover a aplicação do Plano Regional de Vacinação e realizar a sua avaliação							
Indicadores	Realizado 2015	Meta 2016	Cálculo	Mês (monitorização)	Resultado	Classificação	Desvio
Ind2	Documentos normativos e/ ou orientações técnicas	na	3 documentos	Nº de documentos elaborados e publicados	setembro		
Ind3	Documentos informativos	na	4 documentos	Nº de documentos elaborados e publicados	setembro		
Ind4	Relatório de avaliação PRV , semestral e anual	2	3 documentos	Nº de documentos elaborados e publicados	setembro		
OOP3: Promover competências na comunidade de prevenção da doença, literacia em saúde e auto cuidado							
Indicadores	Realizado 2015	Meta 2016	Cálculo	Mês (monitorização)	Resultado	Classificação	Desvio
Ind 5	Documentos e acções de comunicação pública	documentos de orientação técnica , informação on-line	3 documentos ;2 acções	nº de documentos elaborados e publicados, nº de acções de comunicação pública realizadas	outubro		
EFICIÊNCIA							Peso 35%
OOP4: Reforçar a capacidade de intervenção nas ameaças à Saúde Pública							
Indicadores	Realizado 2015	Meta 2016	Cálculo	Mês (monitorização)	Resultado	Classificação	Desvio
Ind 6	Elaboração do plano de prevenção e controle de doenças transmitidas por vetores	Publicação do Decreto Legislativo Regional que cria o plano	1 documento	Nº de documentos elaborados e publicados	outubro		
Ind7	Documentos normativos e orientações técnicas em vigilância epidemiológica e de comunicação e risco	Criados e divulgados boletins entomológicos, epidemiológicos e alertas de saúde pública	1 documento	Nº de documentos elaborados e publicados	outubro		
QUALIDADE							Peso 30%
OOP 5: Desenvolver um referencial técnico e diretório dos Sistemas de Informação em Saúde no SRS							
Indicadores	Realizado 2015	Meta 2016	Cálculo	Mês (monitorização)	Resultado	Classificação	Desvio
Ind8	Documento diretor dos sistemas de informação em saúde no SRS	Fichas técnicas das aplicações e SIS a implementar	1 documento	Nº de documentos elaborados e publicados	setembro		

Relatório de Gestão 2016

OOP 6: Assegurar a gestão dos contratos-programa, contratos de adesão, contratos de faturação e acordos de cooperação estabelecidos no contexto do Sistema Regional de Saúde(OE1+OE2+OE4)

Indicadores	Realizado 2015	Meta 2016	Cálculo	Mês (monitorização)	Resultado	Classificação	Desvio
ind 9	na	3 documentos	Nº de documentos elaborados e publicados	setembro			
ind 10	na	6 procedimentos revistos	Nº de procedimentos revistos	setembro			

DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	Pontuação Planeada	Pontuação Realizada	Desvios
Dirigentes - Direção Superior	20	60	60	0
Dirigentes - Direção intermédia e Chefes de equipa	16	144	128	1
Pessoal Médico	12	24	24	0
Técnico Superior de Saúde	12	60	60	0
Enfermagem	12	24	24	0
Técnico Superior	12	624	540	7
Técnico de Diagnóstico e Terapêutica	12	240	240	0
Técnico de Informática	8	40	48	-1
Carreiras e categorias Subsistentes e coordenadores técnicos	9	99	90	1
Assistente Técnico	8	512	464	6
Assistente Operacional	5	85	75	2
Total		1.912	1.737	16

RECURSOS FINANCEIROS

DESIGNAÇÃO	Planeado	Executado	DESVIO
Orçamento de Funcionamento (OF)	72.349.256,00 €	45.755.182,41 €	26.594.073,59 €
Despesas c/Pessoal	4.679.492,00 €	2.747.627,82 €	1.931.864,18 €
Aquisições de Bens e Serviços	65.456.165,00 €	42.241.729,36 €	23.214.435,64 €
Outras despesas correntes	2.213.599,00 €	765.825,23 €	1.447.773,77 €
Orçamento de Investimento (OI)	12.181.083,00 €	185.482,95 €	11.995.600,05 €
Outros Valores (OV)	232.255.389,00 €	139.380.435,38 €	92.874.953,62 €
Total (OF+OI+OV)	316.785.728,00 €	185.321.100,74 €	131.464.627,26 €

INDICADORES | FONTES DE VERIFICAÇÃO

Ind 2: :Departamento de Saúde, Planeamento e Administração Geral
 Ind 2: :Departamento de Saúde, Planeamento e Administração Geral
 Ind 2: :Departamento de Saúde, Planeamento e Administração Geral
 Ind 4: :Departamento de Saúde, Planeamento e Administração Geral
 Ind 5: Departamento de Saúde, Planeamento e Administração Geral
 Ind 6: Departamento de Saúde, Planeamento e Administração Geral
 Ind 7: Departamento de Saúde, Planeamento e Administração Geral
 Ind 8: Departamento de Saúde, Planeamento e Administração Geral
 Ind 9: Departamento de Saúde, Planeamento e Administração Geral



Unidade Operacional de Intervenção em
Comportamentos Aditivos e Dependências

Relatório Anual de Atividades 2016

ENTIDADES PARCEIRAS:

- Abrigo Infantil de Nossa Senhora da Conceição.
- Abrigo Infantil de Nossa Senhora de Fátima
- ADBRAVA
- Associação ABRAÇO
- Associação Académica da Universidade da Madeira (AAUMa)
- Associação Crescer Sem Risco
- Associação Presença Feminina
- Autarquias (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia)
- Autoridade Regional das Atividades Económicas (ARAE)
- Casa de Saúde S. João de Deus
- CRIAMAR
- Centro Social e Paroquial de Santa Cecília
- Centro Comunitário do Lugar da Serra
- Centro Comunitário Luís de Camões
- Centro Social e Paroquial da Santíssima Trindade da Tabua
- Centro Social e Paroquial de Santo António
- Colégio Salesianos do Funchal
- Comando Regional da Polícia de Segurança Pública (PSP)
- Comando da Zona Militar da Madeira
- Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência (CDT)
- Comissões de Proteção de Crianças e jovens (CPCJ)
- Clubes e Associações desportivas
- Cruz Vermelha Portuguesa
- Diário de Notícias da Madeira
- Direção Geral de Reinserção Social
- Direção Geral do Trabalho (DRT)
- Direção Regional de Economia e Transportes (DRET)
- Direção Regional de Educação (DRE)
- Direção Regional de Juventude e Desporto (DRJD)
- Direção Regional do Trabalho (DIRTRA)
- Direção Regional de Qualificação Profissional (DRQP)
- Empresa Paralelo 32 - Natureza e Aventura
- Empresa Puppertry Productions
- Empresa Sons de Pérola
- Escola Superior de Enfermagem São José de Cluny (ESESJC)
- Fundação Aldeia da Paz
- Fundação Patronato São Filipe
- Garouta do Calhau
- Guarda Nacional Republicana (GNR)
- Hospício Princesa D. Maria Amélia
- Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM

- Instituto Europeu para o Estudo dos Factores de Risco em Crianças e Adolescentes (IREFREA)
- Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM (ISSM, IP-RAM)
- Investimentos Habitacionais da Madeira (IHM)
- Junta de Freguesia do Imaculado Coração de Maria
- Jornal da Madeira
- Núcleo Regional da Liga Portuguesa Contra o Cancro – Delegação Madeira
- Polícia judiciária (PJ)
- Rádio Calheta e Rádio Santana
- Rádio Antena 1
- RTP Madeira
- Serviço de Alfândega do Funchal
- Serviço de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências (SICAD)
- Serviço de Defesa do Consumidor
- Serviço Regional de Saúde da RAM, E.P.E. (SESARAM)
- Sociedade Portuguesa de Alcoologia
- Universidade da Madeira (UMa)

4.2 Resultados alcançados por contexto de intervenção

OO 1 - Disponibilizar à população em geral respostas diferenciadas no âmbito dos problemas associados aos comportamentos aditivos e dependências (CAD)

Gabinete de atendimento e aconselhamento à população em geral

Desde a sua inauguração acederam ao gabinete de apoio e aconselhamento, distintos pedidos, nomeadamente esclarecimento e/ou pedidos de ajuda sobretudo por parte de pais/ encarregados de educação, relacionados com situações de consumo de substâncias psicoativas, apoio para a realização de trabalhos escolares, solicitação de material de divulgação, entre outros.

Em **2016**, o Gabinete de apoio e aconselhamento, registou um total de 132 atendimentos (presencial/ via telefónica), maioritariamente a indivíduos do sexo masculino (6,5% sexo feminino e 93,4% sexo masculino), com idades compreendidas entre os 15 e os 40 anos, por consumo de cannabis.

Do total de atendimentos por consumo de cannabis, reportam-se 29 pela primeira vez, dos quais 23 do sexo masculino e 6 do sexo feminino.

Relativamente às solicitações que se reportam a situações de consumo de substâncias psicoativas, foram disponibilizadas respostas específicas no âmbito da orientação e aconselhamento via telefónica ou presencial, a jovens, a pais/ encarregados de educação, docentes e, sempre que se revelou necessário, foram referenciadas/ encaminhadas estas situações às entidades com competência na área para assegurar uma resposta adequada.

Destaca-se a articulação institucional que tem existido entre a UCAD e a Direção Geral de Reinserção Social, CPCJ's e as EMAT (Equipas Multidisciplinares de Assessoria Técnica aos tribunais), no envio de casos da segurança social que dão apoio aos tribunais.

OO 2 - Desenvolver programas e projetos de intervenção adequados, reforçando as iniciativas de prevenção universal e seletiva

Em resposta a este objetivo foram implementadas um conjunto de intervenções preventivas de âmbito universal e seletivo distribuídas pelos diversos contextos de

intervenção, designadamente: comunitário que integra a comunicação social e a intervenção em contexto militar, escolar abrangendo os diversos ciclos de escolaridade, familiar, desportivo, laboral e recreativo.

Como em anos anteriores dinamizaram-se diversas ações e projetos/programas e campanhas de prevenção, distribuídas por todos os concelhos da RAM, dirigidos a crianças, jovens e adultos.

PREVENÇÃO SELETIVA

No que concerne à intervenção de âmbito seletivo, a UCAD tem procurado reforçar este tipo de projetos. Neste sentido, foram dinamizados 6 projetos/ programas desta natureza, nos contextos familiar e comunitário designadamente: o **Programa Comunitário de Prevenção dos Comportamentos de Risco na Adolescência**, o **Projeto Be(A)Live**, o **Projeto Energy4Life**, o **Projeto Mães Prevenidas**, **Filhos felizes**, o **Projeto Ser Família** e o **Projeto Valoriza-te**; 3 dos quais em continuidade e 3 novas intervenções iniciadas no ano.

4.2.1. Contexto Comunitário

Quadro 10. Total de ações e pessoas abrangidas, em contexto comunitário

Contexto comunitário	Total
Ações (pontual + projeto)	151
Comunicação social	18
Ações militar	80
Total	249
Reuniões	64
Total de pessoas	5503

Comunicação Social

No decurso de 2016, a UCAD, assegurou a continuidade das parcerias estabelecidas com os meios de comunicação social regionais, designadamente a rádio Calheta/Santana, a rádio Antena 1 através do programa "Hora 10 – rubrica saúde e bem-estar", a RTP Madeira através do Programa "Madeira Viva", a Revista JA (AAUMa), o Jornal da Madeira e a revista Dependências (nacional).

O serviço concretizou 44 colaborações nos meios de comunicação social. Redigiram-se 26 artigos publicados em jornais e revistas regionais e nacionais. A UCAD marcou presença em 13 programas de rádio, em 4 programas de televisão e foi realizada uma entrevista para o Jornal Tribuna da Madeira.

Formação de técnicos no âmbito da prevenção dos CAD

A UCAD tem adotado como estratégia a formação de técnicos, procurando aumentar a capacitação de outros intervenientes em contexto comunitário para a maior compreensão e intervenção na área das dependências e dos comportamentos aditivos. Assim, neste sentido, foi ministrada formação na área da prevenção dos CAD, a 336 pessoas das áreas da saúde, educação, social e desportiva. (c.f. quadro 10)

Quadro 11. Total de técnicos formados

	Formação de técnicos	Total
Docentes	Programa Atlante	19
	Programa PMF	32
	Programa Domicilios e Carros 100% sem fumo	5
	Açores	30
Técnicos da área social	Energy4Life	36
	Programa Comunitário	45
	IHM e SocioHabita	19
Profissionais de saúde	Médicos / enfermeiros - Açores	40
Profissionais área Desportiva	Treinadores	110
		336

PROJETOS E PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELA UCAD

Intervenção preventiva universal e seletiva

PROGRAMA COMUNITÁRIO DE PREVENÇÃO DE COMPORTAMENTOS DE RISCO NA ADOLESCÊNCIA (PCPCRA) – Prevenção seletiva

O Programa Comunitário de Prevenção de Comportamentos de Risco na Adolescência, é promovido pelo IASAÚDE, IP-RAM através da UCAD e pela DRJD. Estabeleceu-se parcerias com diversas entidades da comunidade, que intervêm na área social e na saúde, fundamentais para a prossecução desta iniciativa, as quais são simultaneamente participantes e formadoras das suas áreas de intervenção.

Consiste numa intervenção Comunitária de Prevenção Seletiva, no âmbito da prevenção dos comportamentos de risco nos jovens: consumo de substâncias psicoativas, violência no namoro, os comportamentos de risco no âmbito da sexualidade, o VIH/SIDA e o Bullying. Envolve também a aquisição de conhecimentos acerca dos programas juvenis (locais e europeus) existentes, do associativismo juvenil e das estruturas de apoio/resposta às necessidades de ocupação dos tempos livres dos jovens. Contempla ainda, a área da motivação dos jovens para o seu “projeto” de vida.

Em 2016, deu-se continuidade à fase de implementação das atividades previstas no plano de atividades definido no âmbito deste programa.

Foi realizada uma ação de formação – Educação pelos pares, com a duração de 5 dias, num total de 30h, abrangendo 29 pessoas. Procurando assegurar a adequada implementação do programa e o devido acompanhamento às entidades parceiras foram efetuadas 14 reuniões de monitorização.

PROJETO BE(A)LIVE – SOMOS +, CONTIGO IMENSOS

Consiste num projeto de prevenção de comportamentos de risco, estruturado através da seleção de um grupo de jovens, oriundos das entidades parceiras do Programa Comunitário de Prevenção de Comportamentos de Risco na Adolescência. Após a seleção efetuada pelos técnicos, foi realizada uma formação de Educadores de Pares, de onde surgiu um grupo de jovens Educadores de Pares que dinamizará sessões de prevenção, atividades lúdico preventivas e artísticas dirigidas a jovens das entidades parceiras e da RAM, com o intuito de disseminar a informação aprendida na formação, obtendo assim um efeito multiplicador.

Em 2016, no âmbito deste projeto foram realizadas 31 ações, que envolveram 20 jovens de diversas instituições, contabilizando 303 presenças.

PROJETO VIVER A PREVENÇÃO NO IMACULADO – Prevenção universal

O Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM, através do Serviço de Prevenção de Toxicodependência (actual UCAD), estabeleceu uma parceria com a Junta de Freguesia do Imaculado Coração de Maria, no sentido de desenvolver um projeto designado “Viver a Prevenção no Imaculado”, visando a prevenção do consumo de substâncias psicoactivas (SPA) na comunidade local.



Este projeto prevê o desenvolvimento de um conjunto de iniciativas preventivas ajustadas à realidade sócio cultural e abrangendo diferentes públicos-alvo. Pretende-se, assim, intervir nesta freguesia de forma integrada, com maior incidência no meio familiar e escolar.

Em **2016**, a intervenção decorreu nos contextos definidos, dando seguimento ao plano de atividades definido para este ano. Foram concretizadas 19 atividades preventivas que envolveram 669 pessoas, em contexto comunitário e escolar, e 4 reuniões de planeamento com entidades parceiras.

PROJETO ENERGY4LIFE – Prevenção seletiva

Projeto de prevenção seletiva, dirigido a jovens com menos oportunidades, que assenta na operacionalização de um plano de atividades diversificado, com recurso a metodologias de educação não formal destinadas aos jovens, com forte componente de prevenção das toxicodependências.



Resulta de uma parceria com a Direção Regional de Juventude e Desporto, o Centro Social e Paroquial da Santíssima Trindade da Tabua, o Centro Social e Paroquial de Santo António, Fundação Aldeia da Paz, a Fundação Patronato São Filipe e o Abrigo Infantil de Nossa Senhora da Conceição.

Tem como destinatários 5 grupos de jovens das entidades parceiras, e decorre nas Instituições onde residem os jovens, contextos *outdoor* diversificados, salas de formação, Centros de Juventude e UCAD. O projeto está em curso desde 2014.

Em **2016**, foram concretizadas 28 atividades que integraram um grupo de jovens provenientes de diversas instituições, contabilizando 752 presenças nas ações preventivas, e 6 reuniões.

INTERVENÇÃO EM CONTEXTO MILITAR - DIA DA DEFESA NACIONAL (DDN)– Prevenção Universal



Resulta de uma proposta de parceria estratégica do Ministério da Defesa Nacional através da Direção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM) com a UCAD, no âmbito do Dia da Defesa Nacional, com o intuito de assegurar o desenvolvimento de atividades junto dos jovens que completam 18 anos e que participam neste evento.

Consiste num projeto de prevenção universal, dirigido a jovens cidadãos a partir do primeiro dia do ano em que completam 18 anos de idade.

Pretende-se estimular nos jovens estilos de vida saudáveis, desmitificar crenças relativas às SPA`S, Sensibilizar para os fatores de risco nomeadamente através da componente informativa inerente aos consumos de substâncias, estimulando comportamentos positivos, livres do consumo de tabaco, álcool e outras drogas.

A intervenção da UCAD no âmbito do Dia da Defesa Nacional (DDN), decorreu de 27 de abril a 3 de junho, totalizando 25 dias de intervenção, no Regimento de Guarnição nº3 (RG3) do Funchal e no Porto Santo.

Em **2016**, foram abrangidos 3145 jovens, em 73 ações de sensibilização (intervenções pontuais), com uma percentagem de cobertura de 100%. Nesta intervenção foram envolvidos 2 técnicos, que despenderam 36:30 horas em ação direta explorando temas como “o comportamento aditivo e as dependências”, “o enquadramento legal do consumo de substâncias”, e “efeitos e consequências do consumo de SPA em função do tipo de substância, género, estado físico e emocional e contextos de consumo”.

Realizaram-se 4 reuniões de planeamento e avaliação da intervenção (3 das quais via Skype com os parceiros a nível nacional, designadamente SICAD e representantes das ARS e da Região Autónoma dos Açores).

Foram realizadas 3 ações de sensibilização/informação, alusivas à prevenção das dependências e comportamentos aditivos, junto de 124 elementos desta comunidade militar, com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos.

PROJETO VALORIZA-TE – Prevenção seletiva

Projeto de prevenção de comportamentos de risco, estruturado através do desenvolvimento de sessões de sensibilização e formação pessoal e social, dirigido às jovens institucionalizadas do Lar de Crianças e Jovens do Hospício Princesa D. Maria Amélia do Funchal.

Em **2016**, o projeto decorreu de junho a dezembro, tendo sido planeadas e concretizadas 9 ações preventivas, dirigidas a 14 jovens da instituição, contabilizando no total 114 presenças ao longo da intervenção.

4.2.2. Contexto escolar

Em **contexto escolar** e à semelhança dos anos anteriores, a intervenção preventiva no âmbito dos CAD, em 2016, foi assegurada pelo IASAÚDE, IP-RAM através da UCAD em articulação com outros organismos públicos, designadamente a Secretaria Regional da Educação através da Direção Regional da Educação (DRE) no apoio à implementação dos Programas: Atlante, Preparando o Meu Futuro e Domicílios e Carros 100% Livres de Fumo.

Quadro 12. Total de ações e pessoas abrangidas, em contexto escolar

Meio escolar	Total
Ações	91
Reuniões	14
Total de pessoas	3477

Do total de atividades realizadas em **contexto escolar**, destacam-se as diversas intervenções preventivas junto dos alunos e docentes das escolas regionais, totalizando 91 ações integradas em projetos ou intervenções pontuais (sensibilização).

Foram dinamizados 7 **projetos/ programas** neste âmbito, designadamente: Programa Atlante; Programa Domicílios e Carros 100% sem fumo; Programa Preparando o meu Futuro; projeto CEF'S "A Vida são as nossas opções" – cursos de educação e formação; projeto Diversão sem Riscos, projeto Viver a Prevenção no Imaculado, através da participação na feira da saúde que decorreu na escola Bartolomeu Perestrelo e o projeto "Juntos na escola...Sem Drogas".

Relativamente às **intervenções pontuais**, foram realizadas 24 ações de sensibilização/informação, que incidiram sobre os conceitos de prevenção, substâncias psicoativas (SPA) ilícitas e lícitas e mitos relacionados com as SPA, dirigidas a alunos de 2º e 3º ciclo, ensino profissional e ensino superior, docentes e pais/ encarregados de educação.

Quadro 13. Total de alunos abrangidos nas ações em contexto escolar, por ciclo de escolaridade

Ciclo escolaridade	Total
Alunos 1º ciclo ⁴	1502
Alunos 2º e 3º ciclo ⁵	7937
Alunos CEF´s (Cursos de educação e formação)	273
Alunos secundário / profissional	2260
Alunos ensino superior	205
Total	12177

Quadro 14. Total de pessoas abrangidas em contexto escolar, por grupo profissional / comunidade educativa

Grupo Profissional/ Comunidade educativa	Total
Pais/encarregados de educação	48
Diretores/Dirigentes	5
Professores	235

⁴ Dados dos alunos que participam nos Programas Preparando o meu Futuro e Carros e Domicílios 100% sem fumo

⁵ Acresce os dados dos alunos que participam no Programa Atlante

INTERVENÇÃO NO 1º CICLO

PROGRAMA PREPARANDO O MEU FUTURO – Prevenção Universal

Esta iniciativa teve início no ano letivo 2009/2010, na sequência de uma parceria entre a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais e a Secretaria Regional de Educação e Cultura, estabelecida através de um protocolo de cooperação, prevendo o desenvolvimento do Programa “Preparando o meu futuro”.

Em **2016** (ano letivo 2015/2016), esta intervenção decorreu à semelhança de anos anteriores em cinco concelhos da RAM, aderiram 23 escolas de 1º ciclo e foram abrangidos 1390 alunos.

Para a adequada implementação deste programa foi realizada 1 ação de formação que abrangeu 5 professores e 1 ação de sensibilização/informação dirigida a Pais/Encarregados de Educação, que abrangeram 15 indivíduos.

DOMICÍLIOS E CARROS 100% SEM FUMO – Prevenção Universal

Foi dada continuidade a este projeto iniciado no ano letivo 2014/2015. Assim, no presente ano, esta iniciativa, após uma fase de sensibilização das escolas de 1º ciclo para a sua adesão ao projeto, o mesmo decorreu em 4 escolas regionais.

Foi realizada 1 ação de formação, totalizando 6 horas e que abrangeu 5 docentes responsáveis pela implementação do programa.

Considerando que este projeto pauta-se pela sua abrangência a crianças e pais/ encarregados de educação, neste sentido, foi dinamizada 1 ação de sensibilização/ informação dirigida a 15 indivíduos.



PROGRAMA ATLANTE – Prevenção Universal

O programa Atlante é dinamizado desde o ano letivo 2004/2005, destina-se aos alunos que frequentam o 2.º e 3.º ciclos das escolas da RAM, e resulta de uma parceria com a Direção Regional de Educação. Os Professores das escolas que aplicam o programa participam previamente numa ação de formação validada (6 horas).

**Quadro 15. Programa Atlante – ano letivo 2015/2016**

Programa Atlante	Total
Escolas	25
Alunos	7481
Professores	84

Foi realizada uma formação apoio à implementação deste programa, envolvendo 19 docentes que integram pela primeira vez o programa ou que efetuaram reciclagem dos conteúdos do mesmo.

Intervenção no ensino secundário, profissional e superior**ENSINO SECUNDÁRIO E PROFISSIONAL****CEF's – Cursos de Educação e Formação – Prevenção Universal**

No ano **letivo 2015/2016**, foram abrangidos por este projeto **177 alunos** que totalizaram 333 presenças, em **30 ações de sensibilização/informação**, em **4 escolas regionais**, nomeadamente: Escola Básica 2/3 de S. Roque, Escola Básica 2/3 de Santo António, Escola Básica e Secundária Gonçalves Zarco e Escola Básica 2/3 do Curral das Freiras.

Diversão sem Riscos – Prevenção Universal

Projeto de prevenção do consumo de álcool, tabaco e outras substâncias psicoativas, dirigido aos



alunos finalistas do ensino secundário, através do envolvimento das associações de estudantes e das comissões de finalistas no planeamento e no desenvolvimento de atividades de prevenção nas respectivas escolas. Esta intervenção iniciou-se no ano lectivo 2013/2014.

Em **2016** a intervenção desenvolvida no âmbito deste projeto pautou-se pela concretização de **18 ações de sensibilização/ informação** nas escolas secundárias e profissionais da RAM. Foram abrangidos um **total de 1937 alunos** distribuídos por **13 escolas regionais**, nomeadamente: Escola da Apel, EBS Carmo, Escola Secundária Francisco Franco, Escola Secundária Dr. Ângelo Augusto da Silva, Escola Básica e Secundária de Machico, Escola Básica e Secundária Padre Manuel Álvares, Escola Básica e Secundária da Ponta do Sol, Escola Básica e Secundária Bispo D. M. F. Cabral, Escola Profissional Atlântico, Escola Profissional Cristóvão Colombo, Escola Básica e Secundária Gonçalves Zarco e Escola Secundária Jaime Moniz.

ENSINO SUPERIOR

No âmbito da intervenção em contexto escolar – ensino superior, e no seguimento da intervenção desenvolvida em anos anteriores, foram concretizadas **7 ações** (intervenção pontual) que abrangeram **155 alunos** dos cursos de Medicina, Psicologia e Ciências da Educação da Universidade da Madeira, alunos dos cursos de Licenciatura em Enfermagem e Pós-Especialização em Enfermagem Saúde de Mental e Psiquiátrica da Escola Superior de Enfermagem S. José de Cluny e do ISAL – Instituto de Superior de Administração e Línguas, que incidiram sobre os conceitos de prevenção e sobre os riscos associados aos CAD.

No âmbito do projeto Vibes4UnoDrugs, foram concretizadas **3 presenças no Arraial Académico**, que decorreu no campus da Universidade, nos meses de abril, outubro e dezembro, onde foram efetuados cerca de 900 contatos com jovens.

Integrada no mesmo projeto, foi realizada uma ação de formação de 15 horas, dirigida a alunos da ESESJC, totalizando 30 indivíduos.

4.2.3. Contexto Desportivo

Em **2016**, no que concerne à intervenção em contexto desportivo, foram desenvolvidas 32 ações (pontual e em projeto) e realizadas 2 reuniões de planeamento, abrangendo um total de 1918 pessoas, e que contaram com a



colaboração de diversas entidades regionais com intervenção nesta área, nomeadamente: o Clube Desportivo SantaCruzense, o Clube Desportivo Nacional, o Clube Amigos do Basquete (CAB), o Clube Sport Marítimo, o Clube de Futebol do Caniçal e o Ludens Clube de Machico.

Foi desenvolvido o projeto “Juntos na escola...sem drogas” e realizadas ações de sensibilização/ informação e formação para atletas e treinadores.

PROJETO “JUNTOS NA ESCOLA...SEM DROGAS”

Projeto de prevenção do consumo de álcool, tabaco e outras substâncias psicoativas, dirigido aos alunos dos 10º e 11º anos, do ensino secundário, através da participação de um atleta, num debate, convidado a testemunhar os benefícios da prática do desporto, como opção de vida saudável.

Aborda os seus objetivos de carreira, sucessos, e opções que teve de fazer, face aos objetivos definidos como prioritários. Optando sempre por escolhas saudáveis e sem recurso às substâncias psicoativas

Sensibilizar os alunos do 10º e 11º ano de todas as escolas com Ensino Secundário da RAM para a importância de prevenir os consumos de risco em matéria de álcool, tabaco e outras substâncias psicoativas.

- Envolver e sensibilizar os alunos para a importância de praticar um desporto, fazer escolhas saudáveis, sem recorrer ao consumo de substâncias psicoativas.

O projeto decorreu nos meses de janeiro, fevereiro, março e junho de 2016, em 14 escolas regionais, distribuídas pelos 11 concelhos da RAM, abrangendo 1283 alunos.

4.2.4. Contexto Familiar

No que se refere à intervenção em **contexto familiar**, foram dinamizados dois projetos de prevenção seletiva. Foi executado o **projeto Mães prevenidas, Filhos felizes**, em continuidade, que decorreu numa instituição que acolhe mães adolescentes e foi iniciado o **projeto Ser Família**, integrado no Programa de prevenção em Contextos Sociais Vulneráveis – intervenção comunitária.

Foram ainda desenvolvidas 3 ações de sensibilização/informação dirigidas a pais/ encarregados de educação nas Casas do Povo de S. Roque, Campanário e Ribeira Brava.

Quadro 16. Total de projetos, ações preventivas e pessoas abrangidas, em contexto familiar

Contexto familiar	Total
Projetos	2
Ações preventivas (pontual e projeto)	30
Reuniões	3
Pessoas	212

PROJETO SER FAMÍLIA - Prevenção seletiva

Em 2016, foi dinamizado o **projeto Ser Família**, integrado no Programa de Prevenção em Contextos Sociais Vulneráveis – intervenção comunitária.

Consiste num projeto de intervenção comunitária nas famílias, no âmbito da prevenção do consumo de substâncias psicoativas, violência doméstica, promoção da saúde mental, comportamentos de risco no âmbito da sexualidade, HIV/SIDA, dificuldades na gestão da vida familiar e doméstica e programas de emprego.

Este projeto apresenta duas componentes: a formativa e a prática. A componente formativa contempla a formação pelos parceiros aos técnicos da Investimentos Habitacionais da Madeira (IHM) e da Sociohabita e a elaboração de um manual teórico prático, onde estarão descritas as atividades a desenvolver com o público-alvo final.

No âmbito deste projeto foi realizada uma ação de formação, que decorreu entre 3/02 e 20/04 (8 dias), que abrangeu 19 técnicos do IHM e SocioHabita, num total de 30H30m.

Realizaram-se 7 ações de sensibilização integradas no projeto, junto de famílias dos bairros do Ribeiro Real, Nogueira, Nazaré e Santo Amaro.

4.2.5. Contexto Laboral

Quadro 17. Total de ações e pessoas abrangidas, em contexto laboral

Meio escolar	Total
Projetos	1
Ações	27
Reuniões	2
Pessoas	417

Uma pausa para a Prevenção – Prevenção universal

Em 2016, assegurou-se a continuidade da intervenção em contexto laboral, através da dinamização do **projeto Uma pausa para a Prevenção**.



Foi possível o estabelecimento de diversas parcerias com empresas do setor empresarial público e privado, bem como, realizar um número acrescido de ações de sensibilização/informação e formação (N= 27) que abrangeram no total 414 quadros, chefias e trabalhadores de diferentes áreas profissionais.

- Empresas abrangidas:

- Câmara Municipal de Câmara de Lobos – Câmara de Lobos, Estreito de Câmara de Lobos e Curral das Freiras: Dirigentes, assistentes técnicos, técnicos superiores e colaboradores;
- Mendes Gomes & C.Lda – Caniço – Santa Cruz – funcionários da empresa;
- Pestana Casino Hotel – Funchal - Estagiários do Grupo Pestana;
- Sales, Faria e Andrade – Estaleiro de obra - Palheiro Estate em S. Gonçalo e Estaleiro de obra da Calheta: funcionários da empresa.

Efetuarão-se 2 reuniões de planeamento e avaliação.

4.2.6. Contexto Recreativo

Quadro 18. Total de ações e pessoas abrangidas, em contexto recreativo

Meio recreativo	Total
Projetos	3
Ações preventivas	34
Reuniões	10
Pessoas	43
Pessoas	12819

No total da intervenção desenvolvida em **contexto recreativo**, foram concretizadas 33 ações preventivas no âmbito do **Projeto Vibes4U**, que abrangeram 12741 pessoas e uma ação

integrada na **Campanha Comércio Seguro** dirigida aos comerciantes do ramo do Retalho e Distribuição (mercearias e supermercados); Proprietários e colaboradores de Estabelecimentos de Diversão Noturna, totalizando 35 pessoas abrangidas.

Projeto VIBES4U – prevenção universal

Em 2016, no âmbito da intervenção em contexto recreativo, no âmbito da redução de riscos e minimização de danos, dinamizou-se o

projeto Vibes4U em parceria com a Escola Superior de Enfermagem S. José de CLuny.



Como previsto, realizou-se uma ação formativa (15h) – Educadores de pares, com a duração de 3 dias, constituído por alunos do curso de enfermagem da ESESJC, totalizando **30 jovens formados**. Foram ainda realizadas duas ações de Team Building para os jovens voluntários.



Com esta formação, ficam aptos a fazer aconselhamento individual (par-a-par) aos adolescentes e jovens que frequentam as principais zonas de diversão noturna (zona de bares/discotecas, festas, festivais, arraiais), sobre as consequências do consumo excessivo de bebidas alcoólicas e outras drogas, bem como, prestar primeiros socorros, se necessário.

O projeto integrou 9 eventos regionais em contexto recreativo, nomeadamente: NOS Summer Opening e Arraial Académico no Funchal; Arraial de S. Vicente e Arraial dos Lameiros em S. Vicente; Festa da Espada Preta, Festa de S. Pedro e Festa da Juventude em Câmara de Lobos; Festa de S. Pedro na Ribeira Brava e Semana do Mar no Porto Moniz.

Foi realizada 1 ação no âmbito do projeto 100% Cool, em parceria com a ANEBE e a PSP.

Dinamizou-se nos 11 concelhos da RAM, a **Campanha Um mês, um concelho, uma Operação Stop**, em parceria com a PSP.

4.3. ÁLCOOL - Fórum Regional Álcool e Saúde Madeira (FRAS Madeira)

FÓRUM REGIONAL ÁLCOOL E SAÚDE MADEIRA (FRAS Madeira) - prevenção universal

Em **2016**, estruturou-se o Fórum Regional Álcool e Saúde Madeira (FRAS Madeira) uma iniciativa local, a exemplo do Fórum Nacional do Álcool e Saúde, que envolve um conjunto de entidades que subscrevem uma carta de compromisso para o desenvolvimento de atividades nas diversas dimensões dos Problemas Ligados ao Álcool (PLA).

Pretende-se manter uma estrutura representativa de todas as instituições interessadas que se comprometam a reforçar as ações necessárias à prevenção e minimização dos danos provocados pelo consumo nocivo de álcool, assim como, o tratamento e a reinserção das pessoas com padrões de consumo problemáticos.

O FRAS Madeira, pretende assegurar uma estreita colaboração com todos os intervenientes que se comprometeram a desenvolver um conjunto de ações relevantes nesta área e proporcionar um espaço de partilha, discussão, e reflexão sobre conteúdos pertinentes no âmbito da resolução dos problemas relacionados com o consumo de álcool.

Quadro 19. Entidades que integraram o FRAS Madeira, por setor

ENTIDADES	N
Administração Pública Nacional/ regional/ local	9
Entidades do Setor Social, ONG, IPSS	1
Operadores da Indústria e do Comércio	-
Sociedades científicas e Ordens Profissionais	1
Instituições do Ensino Superior	-
Entidades Públicas e Privadas	2
Total	13

Em seguida, listamos as entidades que em 2016 integraram o FRAS Madeira:

1. Associação Antialcoólica da Madeira
2. Autoridade Regional das Atividades Económicas (SRETC)
3. Casa Saúde S. João de Deus
4. Cruz Vermelha Portuguesa
5. Direção Regional de Economia e Transportes (SRETC)
6. Direção Regional da Educação

7. Direção Regional do Trabalho e da Ação Inspeciva (SRIAS)
8. Divisão de Apoio Técnico (DAT)
9. Guarda Nacional Republicana
10. Ordem dos Psicólogos
11. Polícia Segurança Pública
12. Serviço Regional de Defesa do Consumidor (SRIAS)
13. SESARAM, E.P.E. – Serviço de Psiquiatria e Serviço de Psicologia

5. Cooperação

004. Reforçar e consolidar as relações de cooperação em matéria de prevenção de toxicodependência com entidades regionais, nacionais e internacionais

A UCAD articulou com entidades diversas na procura contínua de sedimentar as relações de cooperação e partilha de conteúdos técnico-científicos, designadamente:

A nível nacional:

- Divisão de Planeamento e Prevenção da Direção de Serviços de Promoção de Hábitos de Vida Saudáveis, da Região Autónoma dos Açores;
- Direção Geral de Saúde (DGS);
- Escola Superior de Enfermagem de Coimbra;
- Instituto Europeu para o Estudo dos Fatores de Risco em Crianças e Adolescentes (IREFREA);
- Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (OEDT);
- Professor Félix Carvalho da Faculdade de Farmácia do Porto;
- Professor José Precioso - Universidade do Minho;
- Serviço de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências (SICAD);

A nível Regional:

- Alfândega do Funchal;
- Autoridade Regional das Atividades Económicas (ARAE);
- Clubes e Associações Desportivas;
- Cruz Vermelha Portuguesa;
- Direção Geral de Reinserção Social – Delegação da Madeira;
- Direção Regional da Economia e Transportes (DRET);
- Direção Regional de Juventude e Desporto (DRJD);
- Escola Superior de Enfermagem S. José de Cluny;
- Guarda Nacional Republicana (GNR);
- Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM (ISSM, IP-RAM)
- Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM (IHM);
- Polícia de Segurança Pública (PSP) e Polícia Judiciária (PJ);
- Serviço de Defesa do Consumidor;
- SESARAM - Serviço de Saúde da RAM, E.P.E.;

- Sociedade Portuguesa de Alcoologia;
- IPSS's

PROTOCOLOS

Foi celebrado e dinamizado, um protocolo de cooperação entre as Secretarias Regionais da Saúde das Regiões Autónomas da Madeira (SRS) e dos Açores (SRS), visando estabelecer o princípio da cooperação em matéria de prevenção, formação e investigação no âmbito da intervenção nos comportamentos aditivos e nas dependências, promovendo a redução do consumo de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas, a prevenção dos comportamentos aditivos e diminuição das dependências, bem como a formação dos profissionais com intervenção nesta área.

Prevenção – partilha de informação e conhecimento técnico-científicos, assim como material lúdico-pedagógico no âmbito da prevenção e do tratamento dos comportamentos aditivos e dependências.

Formação – assegurar a formação, de intervenientes e profissionais, com base em diagnósticos, adequada às necessidades individuais e institucionais, com vista a potenciar as suas competências.

Investigação – realizar conjuntamente estudos técnico-científicos na RRA e na RAM, no contexto dos comportamentos aditivos e dependências, de modo a reforçar e melhorar as estratégias de intervenção ao nível da prevenção, do tratamento e de reinserção social

OO 4 - Garantir o acesso a informação objectiva, válida e actual e assegurar a continuidade da qualidade profissional dos técnicos e intervenientes, no âmbito dos comportamentos aditivos e dependências (CAD)

6. Informação e investigação

Colaborar na realização de investigações sobre o fenómeno da toxicodependência

Foi concretizada a participação em dois estudos de investigação, um em colaboração com o SICAD, no âmbito do Dia da Defesa Nacional e outro em colaboração com o Dr. José

Precioso da Universidade de Minho no âmbito do Projeto de prevenção do tabagismo juntos dos alunos de 1º ciclo, designado Domicílios e Carros 100% Livres de Fumo.

Participação em eventos técnicos e científicos

- Reunião no âmbito do Programa Nacional para a Prevenção e Controlo do Tabagismo (PNPCT) – DGS, Lisboa, 18 janeiro;
- II Congresso do SICAD “Intervenção e Qualidade em CAD” – Lisboa, 5 e 7 de abril;
- Fórum Internacional “Noite Saudável das Cidades” – comunicação livre projeto Vibes4U No Drugs – Lisboa, 4, 5 e 6 de maio;
- 14ª Reunião do Conselho Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do uso nocivo do álcool, em representação da Região Autónoma da Madeira, Lisboa, 21 de junho;
- Presença na apresentação pública dos resultados do estudo “Comportamentos Aditivos aos 18 anos: Inquérito aos jovens participantes no Dia da Defesa Nacional 2015, Lisboa – Amadora, 2 de junho;
- 1º Seminário dos CAD, Diretor da UCAD realizou 2 formações: uma para profissionais de saúde e outra para outros profissionais que trabalham nas escolas; apresentação do projeto Energy4Life, Açores - Ilha Terceira, entre 27 e 30 de setembro;
- Presença no Congresso da Sociedade Portuguesa de Alcoologia, através da moderação de uma mesa e apresentação de uma comunicação livre do Projeto de intervenção em contexto recreativo Vibes4U.
- 15ª Reunião do Conselho Interministerial para os problemas da Droga, das toxicodependências e do uso nocivo do álcool, Lisboa, 12 de dezembro, período da manhã;
- Fórum Nacional álcool e Saúde, Lisboa, 12 de dezembro, período da tarde;

Estágios profissionais e académicos

Em 2016, no âmbito da sua estratégia de apoio à realização de estágios, a UCAD assegurou a continuidade de um estágio académico na área da enfermagem, no âmbito do curso de pós-licenciatura em enfermagem de saúde comunitária que teve início a 9 de dezembro 2015 e termo a 5 de fevereiro de 2016, e acolheu 2 estagiárias da escola Profissional Atlântico que frequentam o curso de Animação.

Formação - EQUIPA TÉCNICA DA UCAD

Com o intuito de actualizar conhecimentos técnicos e promover a qualificação das intervenções preventivas, disponibilizou-se o acesso a formação interna e externa aos elementos da equipa técnica da UCAD.

EVENTOS

Realização das **1^{as} Jornadas de Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Dependências da UCAD**, que decorreram nos dias 14 e 15 de abril no auditório da Escola da Apel, concelho do Funchal, abrangendo 345 pessoas.

Este foi um espaço importante para os profissionais que atuam nesta área refletirem e partilharem conhecimentos técnico-científicos, onde foram apresentados vários projetos, programas e iniciativas promovidas pela Unidade Operacional de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências (UCAD), em parceria com várias entidades públicas e privadas regionais, nacionais e internacionais.



A organização das Jornadas foi da responsabilidade do Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM, através da UCAD, e teve o apoio da Junta de Freguesia do Imaculado Coração de Maria, e de outros parceiros da comunidade local. Esta iniciativa foi o resultado do culminar do projeto de intervenção comunitária “Viver a Prevenção no Imaculado”, e com o objetivo de dar continuidade ao trabalho em curso, centrado na intervenção preventiva adequada às necessidades e características dos grupos-alvo desta Freguesia, estabeleceu-se um novo acordo de cooperação, entre o IA-Saúde e a Junta de Freguesia do Imaculado Coração de Maria.

Estudos de Investigação sobre o fenómeno da Toxicodependência

Não foi possível concretizar as participações no Inquérito Nacional em Meio Escolar – SICAD, uma vez que não se realizou por opção do SICAD. Participamos no estudo efetuado aos jovens que participaram no Dia da Defesa Nacional.

A realização do projeto Euro DEN-plus (recolha de dados bimensal sobre entradas no hospital por toxicidade aguda de consumo de drogas recreativas), não foi possível, uma vez que apesar de terem sido agendadas reuniões a nível nacional a participação da UCAD neste projeto estava dependente da celebração de um protocolo.

8. Conclusão

A intervenção preventiva desenvolvida pela Unidade Operacional de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências em 2016, orientou-se pelo investimento e reforço na diversidade, qualidade e rigor técnico científico das ações implementadas.

Decorrente da apreciação efetuada à intervenção preventiva desenvolvida pela UCAD em 2016, verificamos que foram atingidos 82% dos objetivos e atividades estratégicas definidas para o ano 2016. Para as 28 atividades previstas, verificou-se que relativamente ao seu grau de execução, 12 foram superadas (43%), 11 foram atingidas (39%) e 5 não foram atingidas (18%).

No que respeita, à população abrangida, foram envolvidas nas intervenções da UCAD 24367 pessoas. Acresce a este valor os alunos abrangidos pelos programas Atlante (N = 7481), Preparando o meu Futuro (N = 1390) e Domicílios e Carros 100% sem fumo (N = 112), totalizando 32192 pessoas envolvidas nas intervenções preventivas.

Os contextos com maior abrangência ao nível da população abrangida foram o recreativo, o comunitário e o escolar.

A UCAD prosseguiu a sua intervenção apostando na realização de inúmeras iniciativas preventivas integradas em projetos ou com um caráter pontual, quer por iniciativa da UCAD quer em resposta às solicitações.

A articulação com inúmeras entidades da comunidade e conseqüente envolvimento nas iniciativas preventivas e na prossecução de um objetivo comum constitui-se igualmente como um aspeto muito positivo.

A UCAD tem procurado reforçar a intervenção projeto em detrimento da pontual que é pouco eficaz, adotando as recomendações para a área da prevenção das dependências e dos CAD.

Destaque para a realização das seguintes atividades:

- Entre 14 e 15 de abril – realização das 1^{as} Jornadas de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências que se constituíram como um momento relevante para os profissionais que atuam nesta área refletirem e partilharem conhecimentos técnico-científicos.

No desenvolvimento de parcerias estratégicas nesta área destaca-se a realizada entre o Ministério da Defesa Nacional, o SICAD e o IASAÚDE, IP-RAM através da UCAD e que diz respeito à intervenção realizada junto de jovens convocados para o Dia da Defesa Nacional

(DDN) onde foram ministradas sessões de sensibilização/informação organizadas pela UCAD.

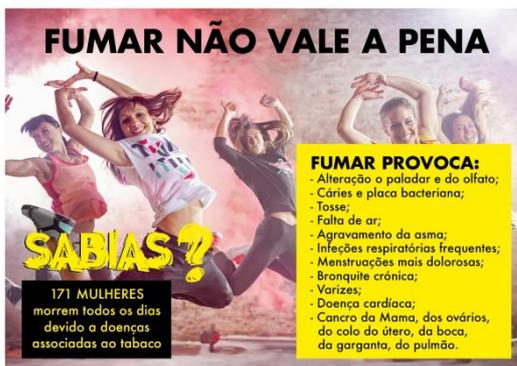
No decurso destas ações foram abrangidos cerca de 3145 jovens.

Para **2017**, esta Unidade pretende assegurar a continuidade do trabalho preventivo que vem sendo implementado apostando nas seguintes áreas de intervenção:

- Projetos nas paróquias envolvendo as Catequistas – jovens e famílias;
- Alargamento do Projeto comunitário Viver a Prevenção à freguesia de Santo António;
- Formalizar o Fórum Regional Álcool e Saúde;
- Alargar a intervenção em contexto laboral a um número acrescido de instituições, sobretudo autarquias;
- Implementar o Projeto Ser Família em novos bairros: Bemposta, Torre, Bairro Comandante Camacho de Freitas;
- Assegurar a continuidade do programa Atlante nas escolas com 2º e 3º ciclos, com extensão do programa em duas novas escolas: Caniçal e Carmo;
- Formação dos técnicos da UCAD no âmbito das dependências sem substância.

Material de divulgação sobre riscos associados aos CAD, produzido em 2016:

PREVENÇÃO TABAGISMO JOVENS



PREVENÇÃO FAMÍLIAS



ANÁLISE ESTATÍSTICA

UOC

1. Produções Cirúrgicas (PRC) – SESARAM, E.P.E.

1.1. Número de Produções Cirúrgicas Realizadas

O quadro que se segue reflete as cirurgias com maior incidência realizadas no SESARAM, E.P.E. ao abrigo da Convenção PRC.

GDH	Denominação Portaria n.º 271/2012	Jan 16	Fev 16	Abr 16	Mai 16	Out 16	Nov 16	Dez 16	Total
39	Procedimentos no cristalino, com ou sem vitrectomia	39	54			56	85	16	250
162	Procedimentos para hérnia inguinal e femoral, idade > 17 anos, sem CC	29	28	14	12	16	15	4	118
494	Colecistectomia laparoscópica, sem exploração do colédoco, sem CC	24	27	15	11	16	18	4	115
558	Proc. major no sistema osteomuscular, excepto proc. articulares bilaterais ou múltiplos major, com CC major	12	16	6	8	10	17	3	72
311	Procedimentos transuretrais, sem CC			12	11	12	12	5	52
479	Outros procedimentos vasculares, sem CC	11	12						23
836	Procedimentos vertebrais, com CC	4	8	5	4				21
342	Circuncisão, idade > 17 anos			3	3	4	4	2	16
232	Artroscopia	1							1
Total		120	145	55	49	114	151	34	668

Quadro 1 – Número de Produções Cirúrgicas Realizadas – por ordem decrescente.

Com uma previsão inicial para a realização de 811 cirurgias anuais, foram realizadas ao abrigo do PRC, no ano em análise, **668 cirurgias**, com maior incidência na cirurgia “*Procedimentos no cristalino, com ou sem vitrectomia*”.

Verificou-se que houve interrupção do plano de recuperação de cirurgias no mês de março de 2016, bem como no período compreendido entre junho a setembro de 2016.

1.2. Valores Faturados (PRC)

De seguida apresentamos a distribuição dos valores faturados ao IASAÚDE, IP-RAM, por produção cirúrgica, ao longo de 2016, ao abrigo da Convenção PRC.

GDH	Denominação Portaria n.º 271/2012	Total Prod. Cirúrgicas	Valores Faturados
39	Procedimentos no cristalino, com ou sem vitrectomia	250	177.210,00 €
162	Procedimentos para hérnia inguinal e femoral, idade >17 anos, sem CC	118	87.896,42 €
494	Colecistectomia laparoscópica, sem exploração do colédoco, sem CC	115	159.288,80 €
558	Procedimentos major no sistema osteomuscular, excepto procedimentos articulares bilaterais ou múltiplos major, com CC major	72	518.284,08 €
311	Procedimentos transuretrais, sem CC	52	35.815,52 €
479	Outros procedimentos vasculares, sem CC	23	33.633,82 €
836	Procedimentos vertebrais, com CC	21	81.696,09 €
342	Circuncisão, idade > 17 anos	16	6.701,92 €
232	Artroscopia	1	798,50 €
Total		668	1.101.325,15 €

Quadro 2 – Valores Faturados ao IASAÚDE, IP-RAM ao abrigo da Convenção PRC.

O IASAÚDE, IP-RAM acarretou uma despesa que ascende 1.100.000,00€, a que correspondeu à realização de 668 produções cirúrgicas ao abrigo da Convenção PRC.

Ainda que a produção cirúrgica mais realizada tenha sido a **“Procedimentos no cristalino, com ou sem vitrectomia”**, (250 produções), a que absorveu mais despesa ao IASAÚDE, IP-RAM foi a cirurgia **“Procedimentos major no sistema osteomuscular,...”** (72 produções) considerando que o seu valor unitário é um dos mais elevados da tabela.

2. Programa Especial de Acesso a Cuidados de Saúde – Convenção PEACS

2.1. Faturação de Colonoscopias (Convenção PEACS)

Considerando que a aderência à Convenção PEACS, que apenas se verificou para a realização de Colonoscopias, de seguida espelha-se o número de prestações, bem como os valores faturados neste âmbito.

	Out	Nov	Dez	Total
N.º de Colonoscopias	5	64	38	107
Valor Faturado	436,15 €	5.582,72 €	3.304,74 €	9.323,61 €

Quadro 3 – Cuidados de saúde prestados no âmbito da Convenção PEACS.

No âmbito da Convenção PEACS foram realizadas 107 Colonoscopias entre outubro e dezembro de 2016, perfazendo uma despesa total de 9.323,61€, sendo que o mês com maior volume de faturação foi novembro de 2016, com a realização de 64 Colonoscopias.

No entanto em 2016, apenas aderiram dois prestadores para a realização de Colonoscopias com reflexo apenas no último trimestre do ano em análise.

Perspetiva-se que esta seja uma área com crescimento em 2017, quer para a prestação de Colonoscopias, quer para a prestação de Ecografias Mamárias e Mamografias.

3. Faturação das Farmácias da RAM

3.1. Valores Faturados

Os valores abaixo referem-se à faturação das farmácias da RAM, referente à comparticipação de medicamentos aos utentes do Serviço Regional de Saúde e do Serviço Nacional de Saúde, enviada mensalmente ao IASAÚDE, IP-RAM.

	2014	2015	Δ % 2014-2015	2016 (*)	Δ % 2015-2016
Valores Faturados	26.181.593,66 €	26.552.653,09 €	1%	28.618.624,73 €	7%

Quadro 1 – Valores faturados - Farmácias.

Durante o ano 2016, observou-se um aumento em 7% dos valores faturados pelas farmácias da RAM ao IASAÚDE, IP-RAM, face ao ano 2015, traduzido num aumento da despesa que ascende a sensivelmente 2 ME

3.2. Valores Calculados

Os valores calculados, são reflexo das correções realizadas às faturas das farmácias, no ato da conferência, tendo-se verificado os seguintes resultados:

	Faturado	Calculado	Diferença	%
Ano 2014	26.181.593,66 €	25.964.563,71 €	217.029,95 €	0,83%
Ano 2015	26.552.653,09 €	26.419.259,73 €	133.393,36 €	0,50%
Ano 2016	28.618.624,73 €	28.238.255,41 €	360.558,32 €	1,26%

Quadro 2 – Valores calculados - Farmácias.

Em 2016 assistiu-se a um ligeiro aumento das diferenças apuradas, que se traduz numa poupança, rondando os 227.000,00€, para o IASAÚDE, IP-RAM reflexo não só do aumento da

faturação acima exposta, mas também pela transferência do sistema de conferência para o CCF.

4. Faturação de MCDT e Outros Cuidados de Saúde (Acordos de Faturação) ⁶

4.1. Valores Faturados

Os valores abaixo refletem a despesa do IASAÚDE, IP-RAM, no último triénio, relativamente à faturação enviada mensalmente pelos prestadores de MCDT e Outros Cuidados de Saúde, com Acordos de Faturação.

	Área	2014	2015	Δ % 2014-2015	2016	Δ % 2015-2016
MCDT	Análises Clínicas	4.672.962,37 €	4.888.464,43 €	5%	5.052.018,93 €	3%
	Anatomia Patológica	228.933,25 €	234.088,00 €	2%	220.102,75 €	-6%
	Cardiologia	642.099,30 €	707.469,91 €	10%	744.164,03 €	5%
	Medicina Física e Reabilitação	1.308.549,40 €	1.404.626,40 €	7%	1.548.433,40 €	10%
	Radiologia	1.309.064,60 €	950.271,01 €	-27%	1.023.078,82 €	8%
	Ressonância Magnética	449.443,00 €	600.507,03 €	34%	708.211,98 €	18%
	Subtotal	8.611.051,92 €	8.785.426,78 €	2%	9.296.009,91 €	6%
Outros Cuidados	Próteses Dentárias	79.507,80 €	70.574,05 €	-11%	69.687,44 €	-1%
	CRD ⁷	1.793.161,01 €	2.088.387,78 €	16%	2.139.899,19 €	2%
	Psiquiatria	11.414.601,52 €	11.569.609,42 €	1%	11.619.129,10 €	0%
	Cirurgias	88.537,79 €	108.462,37 €	23%	135.434,25 €	25%
	Subtotal	13.375.808,12 €	13.837.033,62 €	3%	13.964.149,98 €	1%
	Total	21.986.860,04 €	22.622.460,40 €	3%	23.260.159,89 €	3%

Quadro 4 – Valores faturados de MCDT e Outros Cuidados de Saúde.

⁶ Dados extraídos e tratados pela UTAC.

⁷ Cuidados Respiratórios Domiciliários.

Ao longo dos anos temos vindo a assistir a um ligeiro aumento da despesa com MCDT e Outros Cuidados de Saúde, muito embora se mantenha nos 3%, em termos absolutos verificou-se aumento de 637.699,49 €, face ao ano anterior.

Ainda em termos absolutos, as áreas que mais contribuíram para este aumento, nos MCDT, foram as Análises Clínicas, seguido da Medicina Física e Reabilitação e a Ressonância Magnética.

À semelhança dos anos anteriores verifica-se que as áreas com maior peso no total da despesa são a Psiquiatria, as Análises Clínicas e os Cuidados Respiratórios Domiciliários.

4.2. Valores Calculados

No que concerne à conferência de MCDT e Outros Cuidados de Saúde, deu-se continuidade à política de rigor iniciada em anos anteriores, que se demonstra no quadro seguinte.

	Faturado	Calculado	Diferença	%
Ano 2014	21.986.860,04 €	21.740.895,01 €	245.965,03 €	1,1%
Ano 2015	22.622.460,40 €	22.312.962,54 €	309.497,86 €	1,4%
Ano 2016	23.260.159,89 €	22.940.638,46 €	319.521,43 €	1,4%

Quadro 5 - Valores calculados até 31 de dezembro de 2016.

Ainda que em termos relativos as devoluções se mantenham em 1,4%, verificou-se que em termos absolutos a conferência tem-se traduzido num maior número de devoluções, quando analisadas em termos absolutos, se verificou uma poupança para o IASAÚDE IP-RAM rondando os 10.000,00€, quando comparado com o ano anterior.

5. Distribuição dos Valores Reembolsados ⁸

5.1. Valores Reembolsados – SRS

O quadro abaixo apresenta os cuidados mais significativos em termos de despesa para o IASAÚDE, IP-RAM reembolsados aos utentes do SRS.

Grupos de Cuidados	2014	2015	Δ % 2014-2015	2016	Δ % 2015-2016
Cirurgias	34.657,54 €	24.364,53 €	-30%	102.931,95 €	322%
Consultas	585.977,16 €	629.290,31 €	7%	672.301,99 €	7%
Lentes e Armações	15.042,78 €	17.195,04 €	14%	15.244,15 €	-11%
Medicina Dentária	844.003,96 €	880.896,89 €	4%	966.618,62 €	10%
Medicina Física e Reabilitação	14.746,60 €	26.484,61 €	80%	70.961,14 €	168%
Radiologia	311.984,09 €	590.847,36 €	89%	693.716,27 €	17%
Ressonância Magnética	3.237,24 €	111.621,05 €	3348%	174.502,96 €	56%
Dispositivos Controlo Diabetes	88.260,83 €	71.492,73 €	-19%	6.079,58 €	-91%
Outros	337.188,28 €	392.499,69 €	16%	400.999,45 €	2%
Total	2.235.098,48 €	2.744.692,21 €	23%	3.103.356,11 €	13%

Quadro 10 - Distribuição dos valores reembolsados – SRS.

Ainda que, em termos absolutos, se tenha verificado um decréscimo de 358.663,90€, relativamente a 2015, as despesas com os reembolsos aos utentes do SRS registaram uma subida na ordem dos 13%, tendo contribuído expressivamente as despesas com Medicina Física e Reabilitação, que poderá estar associado à falta de capacidade de resposta do Serviço Público, e as Cirurgias, podendo o aumento ser justificado pelo facto da tabela dos Acordos de Faturação não contemplarem as próteses intraoperatórias, mas constarem da tabela de reembolso do SRS, acrescido de que o reembolso deste cuidado é elevado.

⁸ Dados fornecidos pela USI / tratados pela UTAC.

5.2. Valores Reembolsados – ADSE

O quadro abaixo visa destacar os cuidados mais significativos em termos de despesa para o IASAÚDE, IP-RAM reembolsados aos beneficiários da ADSE.

Grupos de Cuidados	2014	2015	Δ % 2014-2015	2016	Δ % 2015-2016
Cirurgias	954.509,04 €	481.572,94 €	-50%	460.390,52 €	-4%
Consultas	868.283,82 €	734.636,82 €	-15%	733.488,11 €	0%
Lentes e Armações	1.081.569,19 €	596.287,67 €	-45%	561.980,98 €	-6%
Medicina Dentária	1.256.184,65 €	1.164.081,67 €	-7%	1.256.090,39 €	8%
Medicina Física e Reabilitação	217.688,77 €	135.065,72 €	-38%	149.006,96 €	10%
Radiologia	329.494,23 €	300.333,06 €	-9%	259.365,31 €	-14%
Ressonância Magnética	134.946,20 €	162.226,61 €	20%	181.824,66 €	12%
Lares e Apoio	119.067,59 €	9.759,04 €	-92%	108,00 €	-99%
Outros	791.294,80 €	522.810,17 €	-34%	550.110,95 €	5%
Total	5.753.038,29 €	4.106.773,70 €	-29%	4.152.365,88 €	1%

Quadro 11 - Distribuição dos valores reembolsados – ADSE.

Contrariando o decréscimo nos valores reembolsados aos beneficiários da ADSE verificado em 2015, assistiu-se a um aumento de 6% dos valores reembolsados em 2016. Os principais encargos foram tidos com Medicina Física e Reabilitação e com a Ressonância Magnética que contrastam com a quebra na despesa dos Lares e Apoio assumidos agora pelos serviços centrais da ADSE.

5.3. Valores Globais - Reembolsos SRS e ADSE

Em termos globais os encargos do IASAÚDE, IP-RAM resultantes dos Reembolsos são os seguintes:

	Ano 2014	Ano 2015	Δ % 2014-2015	Ano 2016	Δ % 2015-2016
SRS	2.235.098,48 €	2.744.692,21 €	23%	3.103.356,11 €	13%
ADSE	5.753.038,29 €	4.106.773,70 €	-29%	4.152.365,88 €	1%
TOTAL	7.988.136,77 €	6.851.465,91 €	-14%	7.255.721,99 €	6%

Quadro 12 - Valores reembolsados ADSE e SRS.

Numa análise global dos valores reembolsados, observou-se um aumento significativo face a 2015, na ordem dos 6%, para o qual contribuiu, em maior parte, o aumento verificado nas despesas reembolsadas aos beneficiários do SRS, ainda que os valores reembolsados aos beneficiários da ADSE sejam mais expressivos.